



Centro de Estudos de Cultura Contemporânea



CENTRO DE ESTUDO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

# **MAPEAMENTO DAS PESSOAS TRANS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

## **RELATÓRIO DE PESQUISA**

**Janeiro - 2021**

[TERMO DE FOMENTO N° TFM/074/2019/SMDCH/LGBTI - PROCESSO ADMINISTRATIVO - SEI  
N° 6074.2019/0003541-3]



## **CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea**

### **Diretoria**

Andrei Koerner - Diretor presidente  
Bernardo Recupero - Diretor vice-presidente  
Carla Regina Alonso Diéguez - Diretor tesoureiro  
Cecília Pontes Rodrigues - Diretor secretário  
Bruno Konder Comparato - Diretor de publicações

### **Pesquisadores e pesquisadoras**

Carla Regina Mota Alonso Diéguez  
Cecília Carmen Pontes Rodrigues  
Gustavo Venturi  
Jonas Tomazi Bicev  
Rosana Estrela Adamos

### **Revisão**

Maria Rita Aprile  
Magô Tonhon

### **Apoio administrativo**

Sonia Reis  
Sandro De Alvarez

## **SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo**

Ana Cláudia Carletto – Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania  
Mansur Bassit – Coordenador de Política LGBTI  
Abigaill Santos  
Brenda Carolina de Lima  
Bruna Svetlic  
Ricardo Olimpio

### **Gabinete do Vereador Suplicy**

Eduardo Matarazzo Suplicy  
Ciara Pitima  
Giordano Magri  
Noelia Presley

*Permitida a utilização do documento desde que citada a fonte:*

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo:** relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identidade de gênero.....	19
Figura 2 – Origem dos entrevistados segundo regiões do Brasil .....	21
Figura 3 – Religião por identidade de gênero .....	25
Figura 4 – Região de residência na cidade de São Paulo .....	29
Figura 5– Formação técnica ou específica por identidade de gênero.....	32
Figura 6 – Ocupação em que possui formação técnica e específica (CBO-2 dígitos) por identidade de gênero .....	33
Figura 7– Trabalha ou realiza alguma atividade remunerada por identidade de gênero .....	34
Figura 8 – Tipo de vínculo ou situação de trabalho .....	36
Figura 9 – Outra ocupação remunerada .....	37
Figura 10 – Frequência com que se prostitui .....	39
Figura 11 – Renda no mês anterior .....	40
Figura 12 – Renda mensal por cor/raça.....	41
Figura 13 – Recebe algum benefício (situação após início da pandemia) .....	45
Figura 14 – Atendimento por algum serviço de saúde.....	47
Figura 15 – Tipo de tratamento contínuo ou específico realizado (%) .....	48
Figura 16 – Tipos de serviços de saúde que recebe atendimento.....	49
Figura 17 – Frequência que realiza consultas médicas .....	49
Figura 18 – Motivo por qual não vai ao médico?.....	50
Figura 19 – Sente falta de algum acompanhamento médico especializado?.....	51
Figura 20 – Qual atendimento sente falta?.....	51
Figura 21 – Toma ou já tomou hormônios regularmente? .....	52
Figura 22 – Por que parou de tomar hormônios? .....	53
Figura 23 – Por que não gostaria de tomar hormônios?.....	53
Figura 24 – Se toma ou tomou hormônios, quem indicou?.....	54
Figura 25 – Já usou silicone industrial? .....	55
Figura 26 – Se já usou silicone industrial, quem aplicou? .....	56
Figura 27 – Fez alguma intervenção de mudança no seu corpo?.....	56
Figura 28 – Pretende fazer alguma outra intervenção em seu corpo?.....	57
Figura 29 – Alguma vez já se mutilou?.....	57
Figura 30 – Qual parte do seu corpo já mutilou? .....	58
Figura 31 – Já usou ou usa binder, faixa? .....	59
Figura 32 – Pensando em todas as intervenções que já fez em seu corpo, alguma delas lhe causou problemas de saúde? .....	59
Figura 33 – Problemas de saúde decorrente de intervenção corporal .....	60
Figura 34 – Passa ou já passou por um atendimento psicológico/psiquiátrico?.....	61
Figura 35 – Motivos para procurar tratamento psicológico ou psiquiátrico .....	61
Figura 36 – Com que frequência consome álcool? .....	62
Figura 37 – Com que frequência consome alguma outra droga?.....	63
Figura 38 – Tem alguma deficiência?.....	63
Figura 39 – Taxa de ocorrência de violência física (%).....	64
Figura 40 – Ocorrência de violência física por realização de prostituição (somente travestis e mulheres trans %).....	65
Figura 41 – Taxa de ocorrência de violência verbal (%) .....	67



Figura 42 – Você evita ou deixou de frequentar algum lugar, por não se sentir aceit@ por conta da sua identidade de gênero?.....	69
Figura 43 – Você fez retificação / mudança de seu nome em seus documentos? .....	71
Figura 44 – Quando você preenche algum cadastro, por exemplo, em hospitais, para consultas médicas, para trabalho ou qualquer outro cadastro, você utiliza o seu nome social? .....	72
Figura 45 – Participa de alguma organização política ou social voltada para a população trans? .....	73

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de entrevistas segundo a localização .....	17
Tabela 2 – Local de nascimento por identidade de gênero .....	20
Tabela 3 – Tempo de moradia na cidade de São Paulo por identidade de gênero .....	21
Tabela 4 – Estado civil por identidade de gênero .....	22
Tabela 5 – Faixa etária por identidade de gênero.....	22
Tabela 6 – Raça/cor por identidade de gênero .....	23
Tabela 7 – Nível de escolaridade por identidade de gênero.....	24
Tabela 8 – Idade que deixou de se identificar com o sexo biológico por identidade de gênero .	25
Tabela 9 – Idade que deixou de morar com os pais por identidade de gênero.....	26
Tabela 10 – Motivo porque deixou de morar com a família por identidade de gênero.....	27
Tabela 11– Tipo de moradia por identidade de gênero .....	28
Tabela 12 – Principal ocupação ou atividade remunerada por identidade de gênero.....	35
Tabela 13 – As 10 principais ocupações secundárias citadas pela população trans.....	38
Tabela 14 – Atividade que gostaria de exercer para ganhar dinheiro (categoria nativa, 15 mais citadas) .....	42
Tabela 15 – Se sofreu violência física, onde e quantas vezes? (%) .....	66
Tabela 16 – Se sofreu violência verbal, onde e com que frequência? (%).....	68
Tabela 17 – Locais que você evita ou deixou de frequentar por não se sentir aceit@? .....	70
Tabela 18 – As 11 organizações políticas e sociais mais mencionadas na pesquisa* .....	74

## LISTA DE SIGLAS

<b>AMA</b>	Assistência Médica Ambulatorial
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>CAT</b>	Centro de Apoio do Trabalho e Empreendedorismo
<b>CBO 2.0</b>	Classificação Brasileira de Ocupações 2.0
<b>CEDEC</b>	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
<b>CFM</b>	Conselho Federal de Medicina
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CRD</b>	Centro de Referência da Diversidade
<b>DPU</b>	Defensoria Pública da União
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LGBTQI+</b>	Lésbica, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexual, + (Assexualidade, Pansexualidade, Aliados, Agêneros, Andróginos)
<b>MEI</b>	Microempreendedor Individual
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>PMSP</b>	Prefeitura Municipal de São Paulo
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua
<b>PNDCDH-LGBT</b>	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>PNDH 3</b>	Programa Nacional de Direitos Humanos 3
<b>PNLGBT</b>	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>SARS-COV 2</b>	Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2
<b>SMDET</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
<b>SMDHC</b>	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TGEU</b>	<i>Transgender Europe</i>
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	13
1- Definição do método .....	13
2- Amostra e instrumento de coleta de dados .....	13
3- Pesquisa de Campo.....	15
4- Análise e interpretação de dados .....	17
5- Descrição e discussão dos dados .....	18
<b>PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO</b> .....	19
2- Estado civil.....	21
3- Faixa etária .....	22
4- Raça/Cor.....	22
5- Escolaridade .....	23
6- Religião .....	24
7- Saída do convívio familiar .....	25
<b>TRABALHO E RENDA</b> .....	31
1- Formação Técnica .....	31
2- Ocupação.....	33
3- Renda.....	39
4- Atividades que gostaria de exercer.....	41
<b>SAÚDE E USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b> .....	47
1- Assistência médica e hospitalar.....	47
2- Tratamento hormonal .....	52
3- Intervenções corporais.....	54
4- Atendimentos psicológicos e psiquiátricos .....	60
5- Consumo de álcool e outras drogas.....	62
<b>SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</b> .....	64
<b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA</b> .....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	80
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

Este documento sistematiza um conjunto de informações referentes à pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, realizada no período compreendido entre 22 de dezembro de 2019 e 07 de novembro de 2020. O estudo procurou responder a questões como: quão diversificada é a população trans, distinta por marcadores raciais, de classe social, geracionais e religiosos? Quais suas condições de acesso à saúde, educação, trabalho e moradia? E como está ela sujeita às situações de violência física e moral em ambientes domésticos e públicos?

O termo "trans" é utilizado para denominar um grupo diversificado de pessoas cujas identidades de gênero diferem em graus e expressões diversas do sexo em que foram designadas ao nascer. Os “Princípios de Yogyakarta”, documento referente aos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, aprovado por grande número de países, considera identidade de gênero a profunda e sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios: médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

No Brasil, informações sobre a população trans são quase inexistentes. Estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA indicam que aproximadamente 2,0% da população brasileira integra a categoria trans. Excluída, até então, dos censos populacionais, a Defensoria Pública da União - DPU em atendimento à solicitação oficial da ANTRA, enviou, em 2018, recomendação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para que inclua no próximo censo questionamentos acerca da identidade de gênero e da orientação sexual dos entrevistados.

Devido à subnotificação da identidade de gênero nos registros oficiais e a resistência institucional e política em superar a classificação de gênero binária, *hetero-cis-normativa*, o dossiê anual “Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras”, organizado a partir de 2017 pela ANTRA, tem sido a principal e mais confiável fonte de dados relativa à violência cotidiana vivenciada pela população trans<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A metodologia do estudo do dossiê ANTRA segue o padrão internacional da *ONG Transgender Europe (TGEU)*, *assim*: “O levantamento dos dados é feito de forma quantitativa, visto que não existem dados



De acordo com o último dossiê, no ano de 2019, ocorreram no Brasil 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans. Desse total, apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados (isto é, 8%) e somente 7% resultaram em prisão dos assassinos (ANTRA, 2019, p. 25). Toda essa impunidade e dificuldade em conduzir as investigações manteve o Brasil na vexatória posição de país líder em assassinatos de travestis e pessoas transexuais, com um número médio de assassinatos, entre 2008 e 2018, de 118 casos, bem à frente do México, segundo colocado, que teve um pouco mais da metade das ocorrências brasileiras (65 casos), em 2019 (TGEU apud ANTRA, 2019, p.57).

Nas duas últimas décadas, a condição de vida, de saúde, de escolaridade, de trabalho e renda da população trans pouco se alterou, apesar de iniciativas como: *Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual* (2004); *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* – PNDCDH-LGBT (2009); *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* – PNDH 3 (2009) e ainda a *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* – PNLGBT (2013). Com raras exceções, as ações voltadas às pessoas trans são quase inexistentes. E, quando não, essas ações são pontuais, configurando uma espécie de canais de resistência, em meio a um cenário marcado por fragilidades e deficiências institucionais e jurídicas para lidar com a questão trans em sua multidimensionalidade.

Conforme consta do “Atlas da Violência no Brasil”, em 2018, houve 183 casos de morte e violência contra travestis e transexuais, no país. Desses, 82% eram pessoas negras (BORGES, 2019). Quando analisado o perfil das pessoas transexuais assassinadas em 2019, percebe-se que as vítimas eram jovens, com idade média entre 15 e 29 anos (59,2%); em sua maioria, de cor preta e parda (82%) e que 67% desses eventos foram direcionados contra travestis e mulheres transexuais, profissionais do sexo, que são as pessoas trans mais expostas aos atos de violência e sujeitas aos estigmas impostos pelos processos de marginalização (ANTRA, 2020). Vale destacar que a presença do racismo,

---

demográficos a respeito da população trans brasileira e a partir da pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias veiculadas na internet, de forma manual, individual e diária. Há, ainda, aqueles casos em que nenhuma mídia cobre ou publica o assassinato e, por conta disso, contamos com o relato de pessoas locais, conhecidos ou instituições LGBTI que publicam informações sobre pessoas assassinadas e/ou são enviadas informações através da rede de afiliadas da ANTRA e parceiros, além dos mais diversos meios e canais de comunicação (*e-mail, Facebook, Whatsapp etc.*)” (ANTRA, 2019, p. 15).

na estrutura social brasileira, corrobora para o aumento dos níveis de mortalidade quando se trata de uma pessoa trans.

A inexistência de um censo nacional da população trans dificulta o estabelecimento de relações entre o perfil da população trans e o da população em geral. Como já destacado, há poucas informações sobre o seu perfil, tanto em nível nacional, quanto estadual ou municipal. Essa dificuldade não se refere apenas à sua quantificação, mas, sobretudo, em relação ao conhecimento de suas características, de sua localização, de suas condições de moradia, nível de escolaridade, situação de trabalho e renda, bem como da vivência de situações de violência e impedimento ao exercício da cidadania.

É importante destacar que, no Brasil, os serviços que prestam assistência a transexuais em busca de tratamento para a realização do processo de redesignação sexual, foram organizados após a publicação da Resolução Nº 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina - CFM, posteriormente revogada pela Portaria Nº 1652, de 2002, que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e amplia o texto legal anterior. Considerado um atendimento de alta complexidade, a maioria destes serviços é encontrada em hospitais públicos universitários, localizados nas regiões Sul e Sudeste do país, sendo que, desde 1997, vem ocorrendo um crescimento significativo do número de usuários(as) que se definem como transexuais e buscam uma intervenção para a realização do processo transexualizador (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009).

O reconhecimento da necessidade de uma política pública de apoio à saúde física e mental da população transexual se consolidou por meio da Portaria Nº 1.707/2008 do Ministério da Saúde, que instituiu o processo transexualizador, no Sistema Único de Saúde - SUS, mediante a constituição de serviços de referência habilitados a prestar atenção integral e humanizada a transexuais. Esta Portaria foi revogada pela Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o processo transexualizador, no SUS.

Esta pesquisa cujo universo de investigação é a cidade de São Paulo tem como beneficiários os gestores da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo - SMDHC e de outras instituições públicas e privadas, responsáveis pela formulação de políticas voltadas à população trans. Também são beneficiários as Organizações Não Governamentais – ONG, atuantes em áreas de apoio à população trans, além de pesquisadores, pesquisadoras e especialistas em estudos de gênero, pertencentes às universidades, centros e institutos de pesquisa nacionais e estrangeiros. Ao Centro de Estudos em Cultura Contemporânea – CEDEC coube a

execução desta pesquisa por meio de contrato firmado com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e recursos provenientes de emenda do Vereador Eduardo Suplicy.

Em face do exposto, a realização de um estudo sobre o perfil sociodemográfico e as condições de vida da população trans residente no município de São Paulo tem sua importância ao retratá-la sob as condições de vida impostas no maior centro urbano do país, resgatar a trajetória de vida de entrevistadas(os), passando por suas vivências familiares, laborais, questões de saúde e de violência, além de sua militância na causa trans.

A realização do estudo demandou a combinação de diferentes estratégias e técnicas de pesquisa de modo a explicitar a situação de vida da população trans, assim como gerar subsídios para a formulação de políticas públicas que considerem as características e necessidades específicas identificadas entre os vários grupos que constituem a população trans da cidade de São Paulo.

O estudo considera identidade de gênero, tal qual concebida pela ANTRA à luz dos Princípios de Yogyakarta, e por Jesus (2012) que considera transexual a “pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento”. Nessa direção, esta pesquisa inclui quatro categorias de pessoas identificadas como transexuais: (1) **homem trans**, pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem; (2) **mulher trans**, pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher; (3) **travesti**, pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero (JESUS, 2012); (4) **pessoa não binária**, pessoa que se opõe à dicotomia polarizada entre sexo e gênero e, dessa forma, pode ser entendida como a não identificação do sujeito como binário, ou seja, como homem ou mulher (REIS; PINHO, 2016).

O presente documento está estruturado em seis seções. A primeira sintetiza a metodologia utilizada para realização da pesquisa com a indicação dos procedimentos e critérios utilizados para definição da amostra, além da descrição dos procedimentos adotados para as entrevistas de campo, análise e discussão dos dados. A segunda descreve e analisa um conjunto de informações sobre o perfil sociodemográfico da população entrevistada que inclui: identidade de gênero, origem de nascimento, raça, estado civil, religião, escolaridade e situação de moradia. A terceira se refere à situação de trabalho e geração de renda e apresenta uma síntese das ocupações exercidas pela população

estudada. A quarta tem a centralidade sobre as condições de saúde, incorporando um conjunto de dados sobre o processo transexualizador e usos das redes de assistência pública e privada. A quinta analisa alguns dados sobre situações de violência vivenciadas pela população trans e, por fim, a sexta aponta alguns canais utilizados por esse segmento social para o exercício da cidadania.

Além da coleta de dados fidedignos, esta pesquisa, de caráter inédito, constituiu-se em uma possibilidade de conhecer, de contatar e, sobretudo, de ampliar a divulgação de demandas das pessoas trans e travestis e o debate envolvendo questões pertinentes à população trans residente em São Paulo que, na maioria das vezes, são ignorados em sua identidade de gênero e, sobretudo, transgredidos em relação aos seus direitos de cidadão. Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir efetivamente para a implementação de políticas públicas que repercutam decisivamente sobre a ampliação e efetivação dos direitos sociais da população trans em relação à saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros aspectos, e, sobretudo, que concorram para seu reconhecimento e valorização como grupo social.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

### 1- Definição do método

Esta pesquisa teve o objetivo de realizar o “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” por meio de informações sobre seu perfil sociodemográfico; suas condições de trabalho, renda e saúde; uso de álcool e drogas; vivências de situação de violência e de cidadania e participação social.

Para viabilizá-la, optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo *survey* uma vez que este tipo de estudo permite a coleta de dados quantitativos a partir de amostra representativa de uma população específica, no caso, a população trans residente na capital paulista. Entre outras possibilidades, os dados obtidos por meio de uma pesquisa *survey* poderão ser generalizáveis ao universo da população analisada.

Como já destacado, a pesquisa foi realizada no período compreendido entre 22 de novembro de 2019 e 07 de novembro de 2020. Teve início a partir de uma abordagem exploratória em que os pesquisadores e as pesquisadoras procuraram constituir um panorama inicial sobre o tema central por meio do levantamento de informações disponíveis em relação à população trans. Nessa primeira abordagem, também foram identificados possíveis desafios a serem enfrentados pela equipe de pesquisa para localizar, contatar e abordar pessoas integrantes da população trans.

No final de 2019, o CEDEC realizou reuniões com lideranças pertencentes às Organizações Não Governamentais – ONGs, atuantes com a população trans, ocasião em que apresentou proposta preliminar do desenho da pesquisa a qual incluía levantamentos sobre o perfil sociodemográfico da população; identificação de trajetórias de estudo; acesso à moradia; situação profissional e geração de renda; condições de vida e saúde; preconceito, discriminação e situações de violência vividas.

Além de configurar uma primeira aproximação com o universo da população trans, essas reuniões tiveram a finalidade de levantar sugestões para o planejamento da pesquisa de campo e a elaboração do instrumento de coleta de dados, visando garantir a validade e a confiabilidade dos dados a serem obtidos.

### 2- Amostra e instrumento de coleta de dados

Inicialmente, definiu-se que a amostra seria composta de até 3.000 entrevistas a serem realizadas nas cinco regiões da cidade de São Paulo: Centro, Norte, Sul, Leste e

Oeste. Contudo, a equipe responsável pela pesquisa se defrontou, ainda, nesse período, com uma variável significativa para o desenvolvimento do trabalho: a dificuldade de estabelecer critérios estatísticos de amostragem dada à quase inexistência de informações básicas sobre as pessoas trans, entre elas, sua quantificação e localização na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, o principal desafio foi identificar locais públicos em que haveria maior probabilidade de concentração de pessoas trans para a realização das entrevistas. Optou-se, então, por realizar contatos com instituições e organizações não governamentais envolvidas com esse segmento social e obter a colaboração voluntária de seus agentes, além da contratação de pessoas trans ligadas ao “Programa Transcidadania” como facilitadores na localização e abordagem da população trans.

Assim, a partir de contatos iniciais com integrantes da população trans, decidiu-se que alguns e algumas de seus representantes poderiam atuar como parceiras (os) na fase de pesquisa de campo, auxiliando na abordagem.

Como critérios de inclusão da pessoa trans entrevistada na amostra de pesquisa, foram considerados três aspectos: a pessoa entrevistada se autoidentificar como integrante da população trans; ser residente no município de São Paulo e sua concordância em participar voluntariamente da pesquisa.

O desenho preliminar do instrumento de coleta de dados foi discutido com interlocutores mentores do projeto: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC; Gabinete do Vereador Eduardo Suplicy e com representantes de instituições públicas e de ONGs parceiras, que também participaram da elaboração de sua versão final. Esses procedimentos permitiram garantir consistência ao instrumento em relação à adequabilidade da linguagem utilizada, relevância do conteúdo das questões e observância de aspectos que configuram o universo vivenciado pelas pessoas trans.

Esse instrumento incluiu 53 questões que contemplam:

- Dados sociodemográficos: identidade de gênero; faixa de idade; raça/cor; estado civil; local de nascimento; escolaridade; atividade profissional e renda;
- Dados sobre processo de transição, saúde e consumo de substâncias psicoativas;
- Exposição às situações de violência em locais públicos e privados e exercício da condição de cidadão.

Para o planejamento da coleta de dados e preparação da equipe de pesquisadoras e pesquisadores, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Construção e pré-teste do instrumento por meio de discussão e elaboração de versão preliminar com a participação de interlocutores parceiros mentores do projeto;
- Realização de treinamento em técnicas de pesquisa de campo para 20 pessoas transgêneros e 10 pessoas cisgêneros, visando à composição da equipe de pesquisadoras e pesquisadores de campo;
- Pré-teste e revisão do questionário junto à amostra de 20 pessoas trans;
- Geração de um *link* com informações sobre a pesquisa e divulgação nas redes sociais;
- Mapeamento dos locais de concentração das pessoas trans em cinco regiões do município: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste;
- Impressão do material de pesquisa.

É importante destacar que os pesquisadores e as pesquisadoras cumpriram rigorosamente os preceitos éticos exigidos em investigações dessa natureza (consentimento prévio; confidencialidade e sigilo em relação à identidade da pessoa entrevistada; respeito aos seus valores, concepções etc.), cuidando para evitar que interesses, visões e julgamentos interferissem no processo de obtenção dos dados.

### 3- Pesquisa de Campo

O grupo responsável pela pesquisa de campo foi integrado por 30 (trinta) entrevistadores selecionados pela equipe do CEDEC. Destes, 10 (dez) tinham experiência em pesquisa social e 20 (vinte) eram pessoas trans identificadas com o gênero travesti, mulher trans e homem trans, com interesse em participar da pesquisa, indicados(as) em reuniões realizadas com a participação de lideranças das ONGs.

A coleta de dados compreendeu três fases e foi coordenada por uma supervisora de campo com experiência comprovada no desenvolvimento de pesquisas relacionadas às temáticas sociais.

A primeira fase teve início em 20 de janeiro de 2020 e contou com a participação de 20 pesquisadores e pesquisadoras trans e 10 pesquisadores cisgêneros, devidamente treinados pela equipe do projeto. Foram entrevistadas 946 pessoas trans com abordagem

em pontos de concentração dessa população, entre eles: “V Caminhada Trans da Cidade de São Paulo”; “Dia de Cidadania Trans”, em que são promovidas várias ações, no mês de janeiro de cada ano, para lembrar o “Dia Nacional da Visibilidade Trans”. Essas ações são direcionadas às pessoas trans e realizadas em unidades de serviço público, como Poupa Tempo e em outros órgãos, como Secretarias Municipais e Assembleia Legislativa em que a população trans pode fazer atualização e/ou retificação de documentos, obter informações sobre oportunidades de trabalho, participar de palestras, entre outras. Também foram entrevistadas pessoas trans em equipamentos da Prefeitura e em outros pontos de concentração, como Centros de Saúde (UBS Santa Cecília e República); Centros de Acolhida e de Convivência e Espaços de Sociabilidade Civil.

Com a propagação do SARS-COV 2, e as medidas de isolamento social implantadas pelo Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, as entrevistas *face a face* foram suspensas em 17 de março de 2020. Essa suspensão foi comunicada a SMDHC em ofício enviado em 18 de março de 2020.

A segunda fase, correspondente à retomada da pesquisa de campo, teve início no início de maio de 2020, sendo comunicada à SMDHC, em 30 de abril. No período de tempo compreendido entre a suspensão e a retomada das atividades de campo, foram realizadas algumas entrevistas presenciais com pessoas trans que residiam próximas das entrevistadoras trans. Essa medida foi adotada para manter as entrevistadoras atuando, sem deslocamentos dos bairros em que moravam, obedecendo aos protocolos de distanciamento e outras medidas estabelecidas para garantia da saúde, na pandemia.

Após 46 dias de suspensão das atividades presenciais e sem perspectiva de retorno a elas dada a prorrogação da quarentena na cidade de São Paulo, a coordenação da pesquisa revisou, no mês de abril, o método de coleta de dados e definiu pela continuidade das entrevistas por meio de chamadas telefônicas. Os contatos telefônicos foram obtidos a partir de: (1) telefones de pessoas trans indicadas por entrevistados, durante a fase presencial, realizada nos meses anteriores, sistematicamente registrados nos questionários; (2) contatos da rede pessoal da equipe de entrevistadores trans; (3) contatos efetuados pela equipe de coordenação do CEDEC com agentes sociais atuantes junto à população transexual; e, (4) cadastro de pessoas trans registradas no sítio eletrônico: “1º Mapeamento Trans da Cidade de São Paulo” (<https://mapeamentotrans.com.br/>).

No mês de agosto, teve início a terceira fase da pesquisa de campo com o retorno de entrevistas presenciais mediante o acesso dos pesquisadores e pesquisadoras às pessoas em processo de inscrição às vagas de empregos direcionadas ao público



transexual, organizadas pelo Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – CAT, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET e acompanhada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC. O evento possibilitou a realização de mais entrevistas presenciais, nas dependências do CAT, ocasião em que os entrevistados indicaram outras pessoas transexuais, a serem entrevistadas por meio telefônico. Nesse grupo, também foram entrevistadas a distância, pessoas que se candidataram às vagas, mas que não compareceram por desistência ou por não terem sido selecionadas.

Finalmente, a partir de outubro, foram realizadas entrevistas junto a usuários dos centros de saúde localizados nas Unidades Básicas de Saúde – UBS de Santa Cecília e República.

Ao todo, foram realizadas 1788 entrevistas cujos questionários passaram por um processo de codificação e consistência de dados, seguidos de sua digitalização e posterior geração de base de dados em planilha Excel. O número de entrevistas realizadas e sua distribuição nos diferentes grupos de pesquisa são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1- Número de entrevistas segundo a localização

Fases da pesquisa	Frequência
Centros de acolhimento	64
Centros de convivência da diversidade	240
Eventos LGBTQI+	559
CAT (presencial e por telefone)	257
Centros de Saúde (UBS Santa Cecília e República)	74
Telefone (bola de neve)	594
<b>Total</b>	<b>1788</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

#### 4- Análise e interpretação de dados

Os dados obtidos foram submetidos a um tratamento quantitativo de estatística descritiva e inferencial, com o uso de análise de frequência, geração de tabelas e gráficos. Também se fez uso do método de análise fatorial para identificar fatores (variáveis latentes) que explicassem melhor e resumissem as correlações verificadas entre as variáveis pesquisadas.

A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio da utilização de *software* de análise estatística inferencial para identificação de correlações entre o perfil da população trans e suas condições de vida.

#### 5- Descrição e discussão dos dados

Foi elaborado um relatório final dos resultados obtidos por meio da pesquisa *survey* que contemplou: descrição e análise dos dados referentes à população trans analisada, traduzida pelos seguintes aspectos: identidade de gênero; origem; sexo, raça/cor; idade; religião; escolaridade; vínculos familiares; local de moradia; trabalho e renda; condição de saúde; consumo de substâncias psicoativas; vivência de situações de violência; exercício da cidadania e participação em organizações e movimentos sociais.

É importante destacar que o conjunto dos dados obtidos por meio da pesquisa *survey* configura a multidimensionalidade da população trans, em especial, suas características; práticas cotidianas de sobrevivência e ainda suas estratégias de resistência às inúmeras situações de conflito, preconceito e violência das quais é protagonista na sociedade contemporânea.

## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

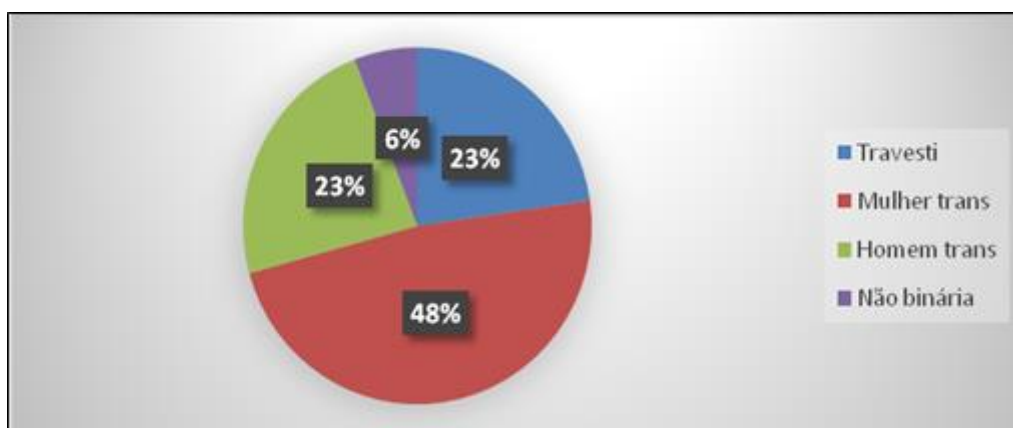
A realização de um estudo sobre o perfil sociodemográfico e as condições de vida da população trans com foco na cidade de São Paulo se justifica pela expressiva importância desse segmento social, no município paulista, bem como pela necessidade de sua melhor caracterização para que órgãos públicos e organizações que atendam essa população possam obter mais informações sobre a diversidade que a compõe. Também se justifica pela quase inexistência de dados a seu respeito devido principalmente à sua exclusão de censos demográficos, o que exige esforços em relação à obtenção de elementos fidedignos para sua caracterização.

Nessa perspectiva, será apresentado a seguir um conjunto de informações sobre o perfil sociodemográfico das pessoas trans entrevistadas que inclui: identidade de gênero; origem; estado civil; religião; faixa etária; raça/cor; escolaridade; ruptura familiar e vivência na cidade de São Paulo.

### 1- Identificação de gênero, origem e tempo de residência em São Paulo

Em relação às pessoas trans entrevistadas (N=1788), os dados coletados indicam que parcela significativa é integrada por mulheres trans (48%), seguidas de travestis e de homens trans cujos índices são idênticos (23%) e, apenas, 6% consideraram-se pessoas não binárias.

Figura 1 - Identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação ao local de nascimento, destaca-se que 55% dos homens trans nasceram na capital paulista, seguidos de 51% de pessoas não binárias e 41% de mulheres trans. Vale registrar que a maioria das travestis, isto é, 63%, nasceram em outros municípios ou regiões brasileiras e 1% delas e das mulheres trans têm origem em outro país.

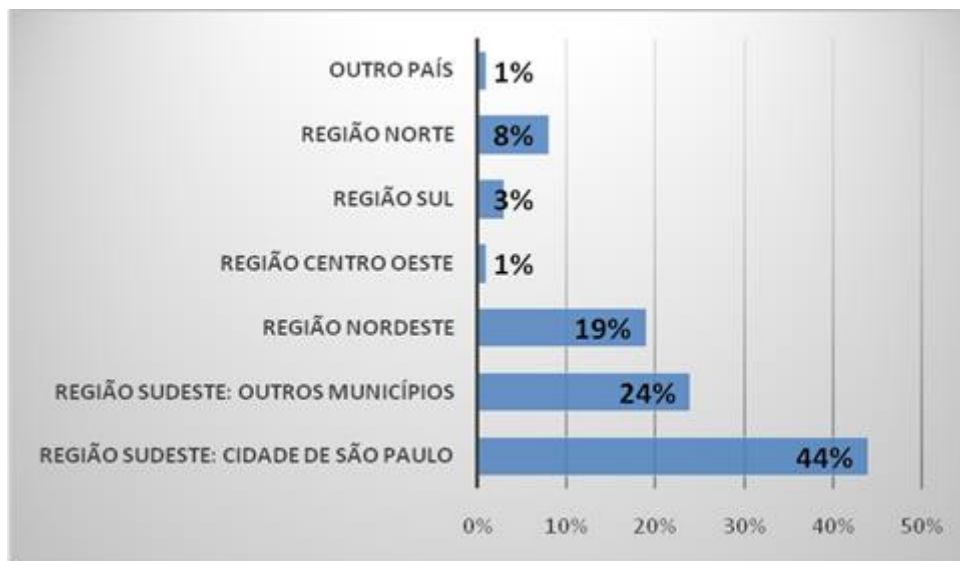
Tabela 2 - Local de nascimento por identidade de gênero

Local de nascimento	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Região Sudeste: município de São Paulo	36%	41%	55%	51%	44%
Região Sudeste: outros municípios	25%	21%	29%	32%	24%
Região Nordeste	24%	23%	11%	9%	19%
Região Centro-Oeste	1%	2%	1%	-	1%
Região Sul	3%	3%	2%	8%	3%
Região Norte	11%	10%	2%	1%	8%
Outro país	1%	1%	0%	-	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto à origem por regiões, observa-se que 68% da população entrevistada são da Região Sudeste, dos quais 44% nasceram na cidade de São Paulo e 24% em outros municípios. Em relação às outras regiões do país, a prevalência é da região Nordeste (19%), enquanto as demais apresentam índices menores: Região Norte (8%); Região Sul (3%) e Região Centro-Oeste (1%).

Figura 2 - Origem dos entrevistados segundo regiões do Brasil



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

A tabela 3 a seguir indica que 36% dos entrevistados residem, há mais de 20 anos, na cidade de São Paulo, o que traduz um longo período de vivência no município. Quando se considera a identidade de gênero, observa-se que os índices são quase similares entre as categorias: “não binária” (42%) e “homens trans” (40%) e, aproximados, entre “travestis” (37%) e “mulheres trans” (32%).

Tabela 3 – Tempo de moradia na cidade de São Paulo por identidade de gênero

Tempo de moradia em São Paulo	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Entre 1 e 10 anos	26%	27%	24%	32%	26%
Entre 11 e 20	16%	19%	19%	19%	18%
Entre 21 e 30	37%	32%	40%	42%	<b>36%</b>
Mais de 30 anos	22%	21%	16%	7%	<b>19%</b>
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## 2- Estado civil

Sobre o estado civil, observa-se que a maioria das pessoas entrevistadas (75%) se declarou solteiro(a). A prevalência é das pessoas não binárias (86%), seguidas de travestis e de mulheres trans com índices idênticos (76%) e, por último, se situam os homens trans

(68%). Vale destacar que o índice é menor entre os homens trans uma vez que um terço deles se declarou casado/união estável (30%).

Tabela 4 - Estado civil por identidade de gênero

Estado civil	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Solteiro(a)	76%	76%	68%	86%	75%
Casado(a) / união estável	22%	23%	30%	14%	24%
Viúvo(a)	1%	0%	0%		1%
Divorciado(a)	0%	1%	1%		1%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 3- Faixa etária

Em relação à faixa etária, observa-se que se trata de uma população bastante jovem, com 70% dos entrevistados terem entre 16 e 35 anos. Os demais se distribuem pelas outras faixas.

Em destaque, aparecem as categorias homens trans e pessoas não binárias cujos índices nas faixas de 16 a 30 anos, 73% e 84% respectivamente, indicam maior concentração de jovens. Em seguida, tem-se: mulheres trans (50%) e travestis (42%).

Tabela 5 – Faixa etária por identidade de gênero

Faixa etária	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
De 16 a 20 anos	3%	6%	13%	11%	7%
De 21 a 25	20%	22%	36%	46%	26%
De 26 a 30	19%	22%	24%	27%	22%
De 30 a 35	19%	14%	14%	8%	15%
De 36 a 40	13%	13%	7%	5%	11%
De 41 a 45	11%	11%	3%	2%	8%
45 anos ou mais	14%	13%	3%	2%	10%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 4- Raça/Cor

Quando indagada sobre sua raça/cor, a maioria das pessoas entrevistadas se autodeclarou de cor preta ou parda, representando 57% da população entrevistada.

Quando se considera a identidade de gênero, observa-se a prevalência da cor branca nas categorias homens trans (47%) e pessoas não binárias (58%). As mulheres trans apresentam os mesmos índices em relação às cores branca e parda (38%). Já, travestis registram índices aproximados entre as cores parda (36%) e preta (33%).

Tabela 6 – Raça/cor por identidade de gênero

Raça/cor	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Branca(o)	25%	38%	47%	58%	38%
Preta(o)	33%	19%	23%	21%	23%
Parda(o)	36%	38%	26%	17%	34%
Amarela(o)	3%	2%	3%		2%
Indígena	4%	4%	1%	4%	3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## 5- Escolaridade

Quanto à escolaridade, os dados indicam que mais da metade da população entrevistada (51%) completou o ensino médio, seguida de 20% de concluintes do ensino fundamental II e 18% do ensino fundamental I. Em relação à educação superior, o índice foi menor, apenas 12%. Esses índices revelam que a escolaridade da população trans se concentra em níveis de ensino inferiores aos verificados para a totalidade da população adulta (18 anos ou mais) do município de São Paulo. De acordo com as informações divulgadas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua – PNADC, 32% da população paulistana estudou até concluir o ensino médio e 27,1% concluíram o ensino superior (PNADC, 2019).

Em relação à identidade de gênero, observa-se que as categorias homens trans e de pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68% respectivamente) que as mulheres trans (48%) e travestis (39%). Em relação a esse achado, pode-se levantar a hipótese, sujeita a confirmação, de que a sociedade brasileira pautada, em geral, em valores morais “machistas” rejeita pessoas com diferentes identidades de gênero e sua permanência na escola, durante a puberdade, leva-as a vivenciar situações de *bullying* e de ridicularização, motivando-as à evasão escolar.

Tabela 7– Nível de escolaridade por identidade de gênero

Escolaridade	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Até ensino fundamental I completo	29%	21%	5%	2%	18%
Fundamental II completo	26%	21%	13%	9%	20%
Médio completo	39%	48%	64%	68%	51%
Superior completo	7%	9%	18%	21%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## 6- Religião

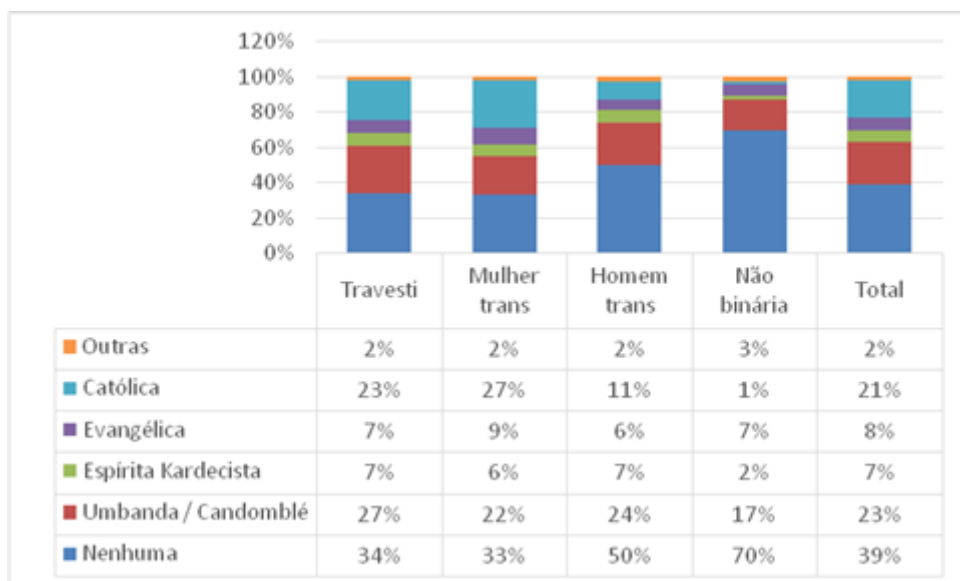
Quando questionada sobre a opção religiosa, 39% da população entrevistada se declararam não pertencer a nenhuma religião. A opção Umbanda/Candomblé é prevalente dentre as pessoas que se declararam religiosas (23%).

Embora a religião católica seja predominante no Brasil, ela aparece somente com 21% de adeptos. Algumas hipóteses, sujeitas à confirmação, podem ser levantadas. Uma delas se refere à baixa ou inexistente aceitação da população LGBTQI+ pelas instituições religiosas cristãs, o que difere das religiões de matriz africana. Outra hipótese é que algumas pessoas se consideram cristãs, mas não seguem uma religião e como a pergunta formulada se referia a uma delas (católica, evangélica etc.), suas respostas foram consideradas “nenhuma”. E, ainda, as pessoas trans podem não querer frequentar uma religião e, nesse caso, não se pode afirmar que houve rejeição.

Em relação às demais religiões, os índices foram aproximados: 8% disseram pertencer à igreja evangélica e 7% à espírita/kardecista.



Figura 3 – Religião por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 7- Saída do convívio familiar

Uma parcela significativa (36%) da população entrevistada considera que a percepção de que seu sexo biológico não coincidia com sua identificação de gênero se deu entre 11 e 15 anos de idade. A descoberta ocorrida nesta faixa etária é predominante entre travestis (46%) e, na sequência, para mulheres trans (36%) e homem trans (30%), enquanto para as pessoas não binárias essa constatação se deu mais tarde (19%).

Vale destacar que 26% das pessoas respondentes consideram que a descoberta dessa não correspondência se deu ainda mais cedo, entre 6 e 10 anos de idade, enquanto para 19% este fato ocorreu mais tarde, entre 16 e 20 anos.

Tabela 8- Idade que deixou de se identificar com o sexo biológico por identidade de gênero

Faixas etárias	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
0-5 anos	7%	9%	8%	8%	8%
6-10 anos	17%	32%	24%	13%	26%
11-15 anos	46%	36%	30%	19%	36%
16-20 anos	19%	15%	23%	30%	19%
21-25 anos	3%	3%	7%	18%	5%
26-30 anos	2%	1%	3%	5%	2%
31 ou mais	6%	4%	4%	7%	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

A faixa etária entre 16 e 20 anos se destaca como a fase de saída do ambiente familiar por parte de 49% das pessoas trans entrevistadas. Quando se considera as categorias em separado, os índices assim se distribuem: pessoas não binárias (57%); homens trans (53%); mulheres trans (49%) e travestis (42%).

Em geral, essa saída é motivada pela percepção de que a pessoa não tem ou não terá aceitação, no núcleo familiar, caso se identifique com um gênero diferente ao de seu nascimento. Não coincide, portanto, com o momento da consciência da disforia de gênero, o que para 70% das pessoas participantes da pesquisa, como já dito, se deu no período anterior até os 15 anos.

Tabela 9- Idade que deixou de morar com os pais por identidade de gênero

Idade que deixou de morar com os pais/parentes	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
15 anos ou menos	37%	31%	17%	14%	29%
16-20 anos	42%	49%	53%	57%	49%
21-25 anos	10%	12%	19%	21%	13%
26-30 anos	5%	4%	4%	2%	4%
31-35 anos	1%	1%	0%		1%
36 anos ou mais	5%	3%	6%	6%	4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto aos motivos que provocaram a saída da casa dos pais, aproximadamente metade da população entrevistada declarou sair por vontade própria (52%). A prevalência se refere aos homens trans (61%), seguidos de pessoas não binárias (52%); de mulheres trans (51%) e travestis (47%).

Motivos como expulsão de casa e conflitos familiares também são causas frequentes que levam a população trans a não morar com a família. Juntos, estes dois fatos totalizam 47% das respostas. No caso específico de desentendimentos familiares, o índice corresponde a 30% das respostas das pessoas entrevistadas. Os percentuais são bastante aproximados entre as pessoas não binárias (33%); mulheres trans (31%); travestis (30%) e homens trans (28%).

Já, em relação à saída por expulsão (17%), quando se considera as identidades de gênero, a predominância se dá em relação a travestis (24%) e, na sequência, as mulheres trans (16%), as pessoas não binárias (13%) e os homens trans (9%).

Tabela 10- Motivo porque deixou de morar com a família por identidade de gênero

Motivo porque deixou de morar com os pais/parentes	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Vontade própria	44%	51%	61%	52%	52%
Expulsão	24%	16%	9%	13%	17%
Brigas/desentendimentos/conflitos	30%	31%	28%	33%	30%
Outro	2%	2%	1%	2%	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

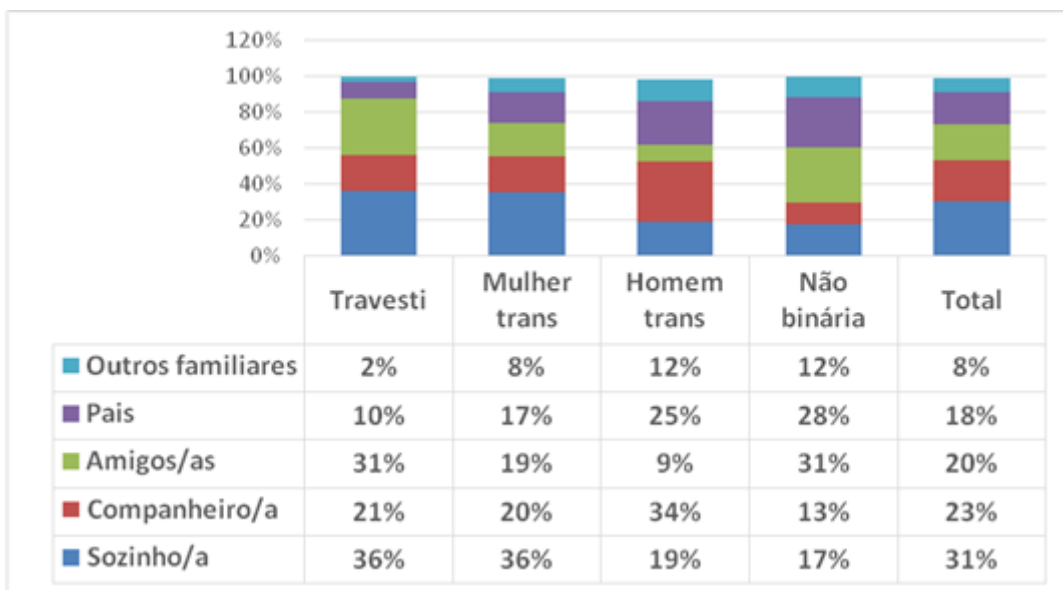
O percentual de pessoas trans entrevistadas que vivem sozinhas atinge 31%. Em relação às categorias em separado, observa-se que os índices são idênticos entre travestis e mulheres trans (36%).

Quanto às pessoas que vivem com companheiros ou companheiras (23%), o maior percentual é o dos homens trans (36%), seguidos de travestis e mulheres trans que apresentam índices aproximados (21% e 20% respectivamente).

Da população entrevistada, que vive com amigos e amigas, os índices são idênticos para travestis e pessoas não binárias (31%). As mulheres trans representam 19% e os homens trans 9%, o que talvez se deva ao fato de ser o grupo que apresenta o maior percentual de vida com companheiros.

A distribuição entre identidade de gênero e forma de coabitação atual demonstra que tanto os homens trans (25%), quanto pessoas não binárias (28%) possuem maior frequência de moradia com os pais.

Figura 4 - Com quem vive atualmente por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

#### 8- Vivência na cidade de São Paulo

Quanto ao tipo de moradia, observa-se que metade da população respondente mora em imóveis alugados (51%) e um terço possui casa própria (29%). O albergue e o Centro de Acolhida aparecem como a terceira opção de moradia da população entrevistada (9%).

Quando se considera a situação, no conjunto, verifica-se que o percentual dos sem teto (soma de morar rua, albergue e ocupação) é bastante expressivo, atingindo 16% em relação à população em geral e, 32%, no caso de travestis.

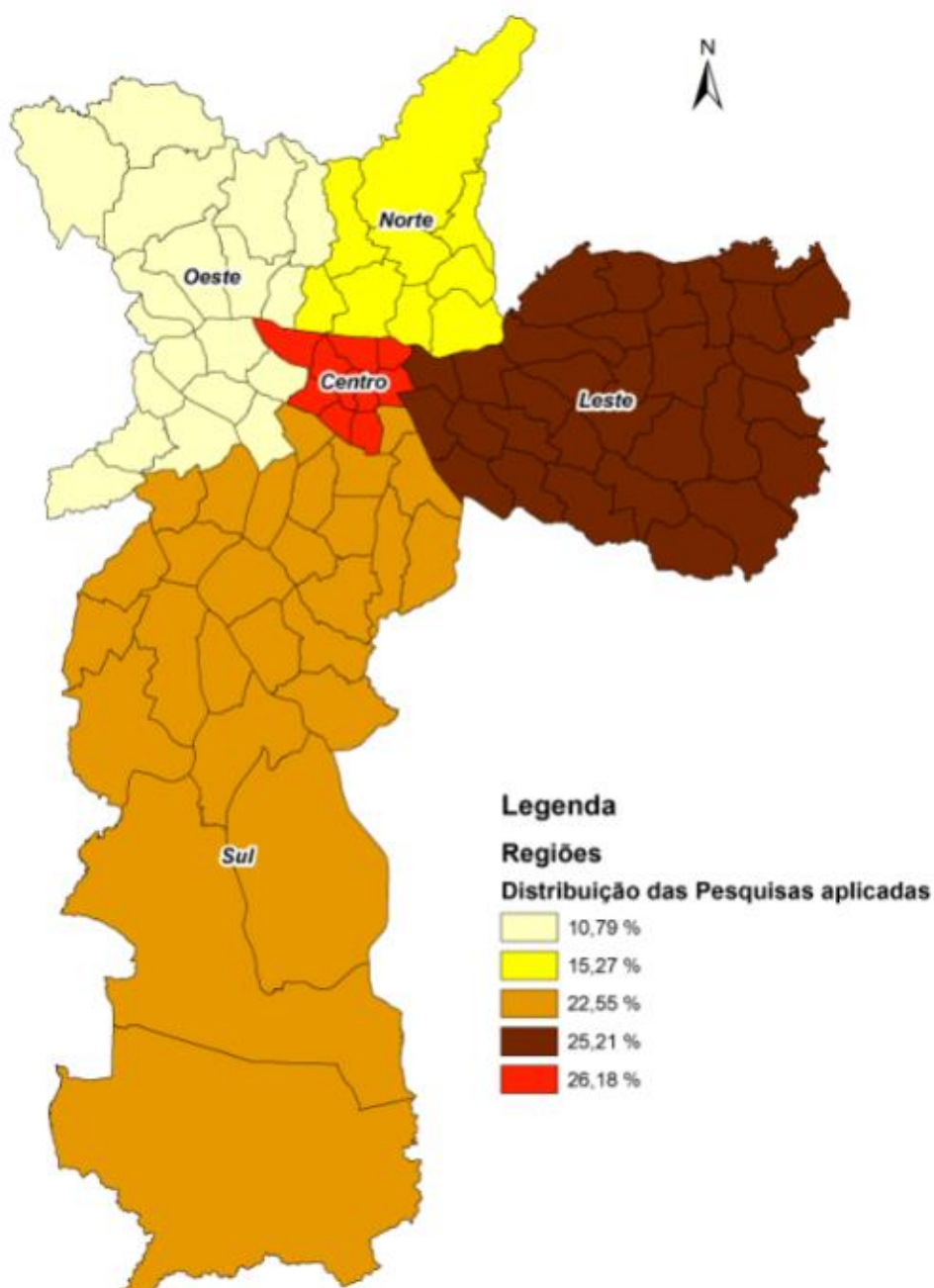
Tabela 11– Tipo de moradia por identidade de gênero

Tipo de moradia	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Próprio	20%	29%	38%	30%	29%
Alugado	42%	53%	54%	52%	51%
Cedido por particular	3%	3%	3%	5%	3%
Ocupação	4%	2%	1%	4%	3%
Albergue / Centro de acolhida	18%	8%	2%	7%	9%
Em república	2%	2%	1%	2%	2%
No local de trabalho	1%	0%			0%
Na rua	10%	3%	0%		4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto à região de residência na cidade de São Paulo, destaca-se que a maior concentração de pessoas trans se dá na região central, onde residem 26% das pessoas entrevistadas. Em seguida aparecem a Zona Leste e a Zona Sul com 25% e 22%, respectivamente, das residências. A Zona Norte e a Zona Oeste apresentam índices ligeiramente inferiores de pessoas entrevistadas e concentram respectivos 15% e 11% da população trans participante da pesquisa.

Figura 4 – Região de residência na cidade de São Paulo



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em resumo, quando se analisa o perfil da população transexual da cidade de São Paulo observa-se que a maioria é composta por mulheres (travestis e mulheres trans) (70%); jovens (com até 35 anos) (70%); solteiras/os (70%); de cor preta e parda (57%); de escolaridade média (51%) e não se consideram religiosas(os) (40%). Deixaram de morar com a família precocemente (75%) e atualmente vivem sozinhas(os) (31%) e, com menos frequência, com companheiras(os) e/ou amigas(os) (23%).

Este perfil está em consonância com estudos sobre a população trans encontrados na literatura especializada que considera este segmento o mais socialmente vulnerável e, sem visibilidade em relação a outros grupos sociais.

## TRABALHO E RENDA

O acesso ao mercado de trabalho apresenta sérias restrições para a população trans em razão principalmente dos preconceitos que enfrenta em várias esferas da sociedade. As pessoas trans também têm que lidar com barreiras referentes à escolaridade, à qualificação profissional e aos demais requisitos exigidos para o desempenho de funções específicas no mundo do trabalho.

A saída precoce de casa e da escola tem levado mulheres trans e travestis ao desempenho de atividades relacionadas ao mercado do sexo, aos serviços de estética, beleza e atividades artísticas. Essa associação com a prostituição tem, de fato, algum respaldo na realidade. Contudo, as informações obtidas durante esta pesquisa corroboram para relativizar e aprofundar a discussão sobre os desafios enfrentados por esse segmento social no mundo produtivo.

### 1- Formação Técnica

O primeiro dado que chama atenção em relação à população entrevistada se relaciona à aquisição de formação técnica e/ou acadêmica, além de experiência profissional, como requisito exigido para trabalhar em alguma área específica da atividade econômica. Apesar da carência de oportunidades para frequentar cursos de formação ou obter experiência profissional, políticas públicas recentes, como o “Programa Transcidadania”, parecem contribuir, aos poucos, para mudar essa realidade.

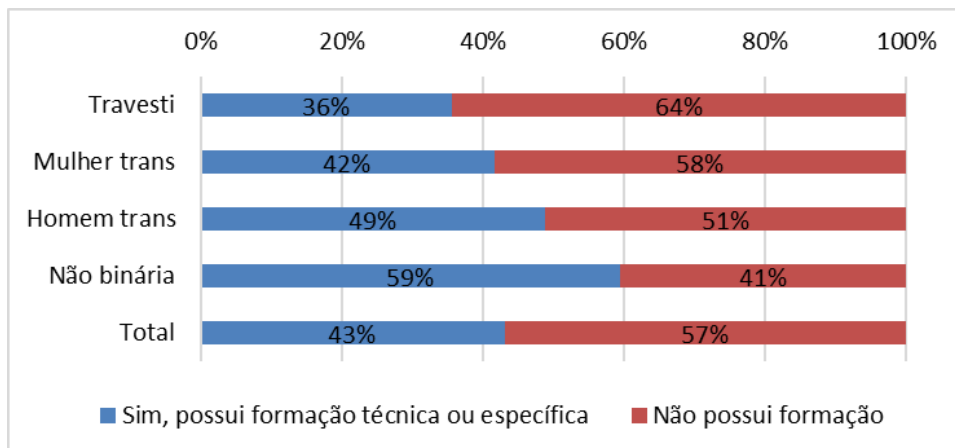
Em relação à formação profissional, 43% do total das pessoas participantes da pesquisa afirmaram ter formação técnica ou específica para exercer determinadas ocupações no mercado de trabalho. Portanto, mais da metade da população entrevistada (57%) não está preparada para o ingresso no mercado de trabalho.

O acesso aos cursos profissionalizantes depende prioritariamente da conclusão do ensino médio o que não inclui boa parte dos entrevistados. Além disso, a posse de cursos, diplomas universitários e outras certificações, apesar de ser um requisito importante, não garante à população trans o ingresso no mercado de trabalho e nem a obtenção de um emprego na área em que se especializaram uma vez que permanecem as barreiras da invisibilidade e do preconceito do mercado de trabalho em relação a esse segmento social.

Quando se considera as identidades de gênero, nota-se que as pessoas não binárias são aquelas que apresentam o índice mais elevado de formação técnica ou específica

(59%), o que representa dez pontos percentuais acima dos homens trans (49%). Dentre as mulheres trans, a posse de formação profissional atinge 42% e, dentre as travestis, 36%.

Figura 5– Formação técnica ou específica por identidade de gênero



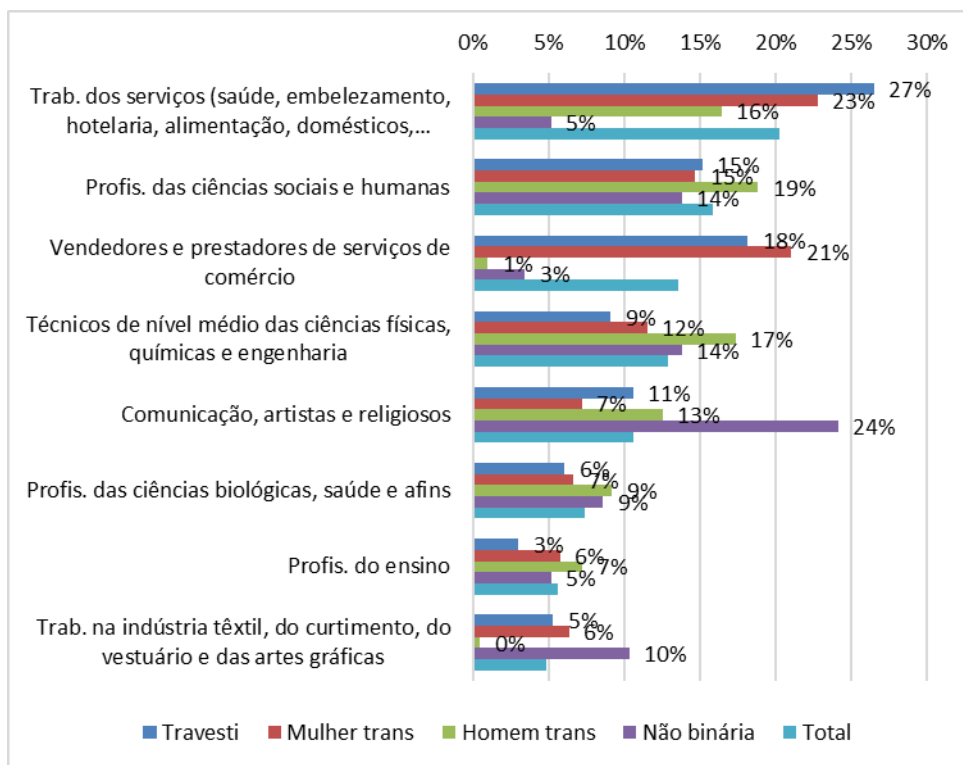
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto à área de formação técnica, destacam-se as atividades de serviço (saúde, embelezamento, alimentação, hotelaria e atividades domésticas), principalmente para as travestis e mulheres trans com formação profissional, em que atingem 27% e 23%, respectivamente. A formação na área de vendas e comércio também é uma característica significativa nas duas categorias, alcançando 18% dentre as travestis e 21% dentre as mulheres trans.

No que se refere aos homens trans, o grupo com formação em ciências sociais e humanas (sociólogos, psicólogos, contadores, administração e *marketing*) é o mais significativo (19%). Esse grupo também reúne uma parcela expressiva de travestis e mulheres trans (ambos com 15%) e pessoas não binárias (14%). Outra formação de destaque entre os homens trans é o técnico de nível médio (17%), em áreas relacionadas às ciências físicas, químicas e engenharia. As pessoas não binárias concentram a formação em comunicação e artes, que se destaca com índice de 24%.



Figura 6 - Ocupação em que possui formação técnica e específica (CBO-2 dígitos) por identidade de gênero

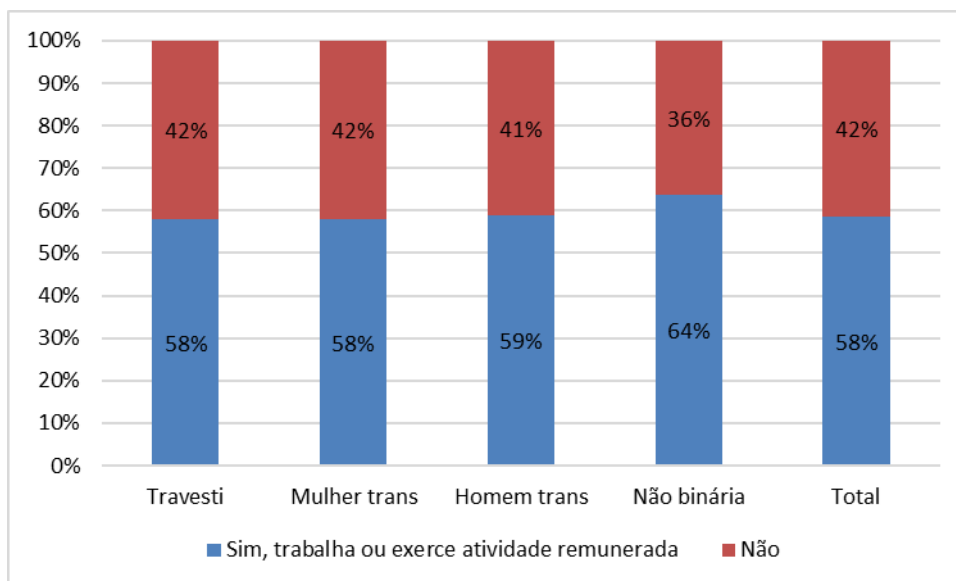


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## 2- Ocupação

Ao se indagar sobre a realização regular de trabalho ou atividade remunerada, observou-se que 58% da população trans pesquisada estava realizando alguma atividade remunerada, durante o período das entrevistas. Em todas as identidades de gênero, a taxa de ocupação manteve-se próxima desse patamar, com destaque para as pessoas não binárias, que apresentaram percentual superior (64%).

Figura 7– Trabalha ou realiza alguma atividade remunerada por identidade de gênero



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

No que se refere à principal ocupação exercida pela população entrevistada, destaca-se o percentual elevado de travestis (46%) e de mulheres trans (34%) que se declararam profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa. Esta é a principal variável sócio-ocupacional que distingue as identidades de gênero. No caso de homens trans, praticamente, inexistiu a ocorrência de pessoas que se declaram profissionais do sexo e, dentre as não binárias, o índice foi de apenas 3%.

Nestes dois últimos grupos (homens trans e pessoas não binárias), as ocupações se distribuem por um leque maior de atividades. As mais significativas estão relacionadas às atividades do comércio, como vendedor/atendente de loja; analista *control desk* / *telemarketing* (que representam 9% dos homens trans) e vendedor ambulante (que representa 8% das pessoas não binárias).

Tabela 12- Principal ocupação ou atividade remunerada por identidade de gênero

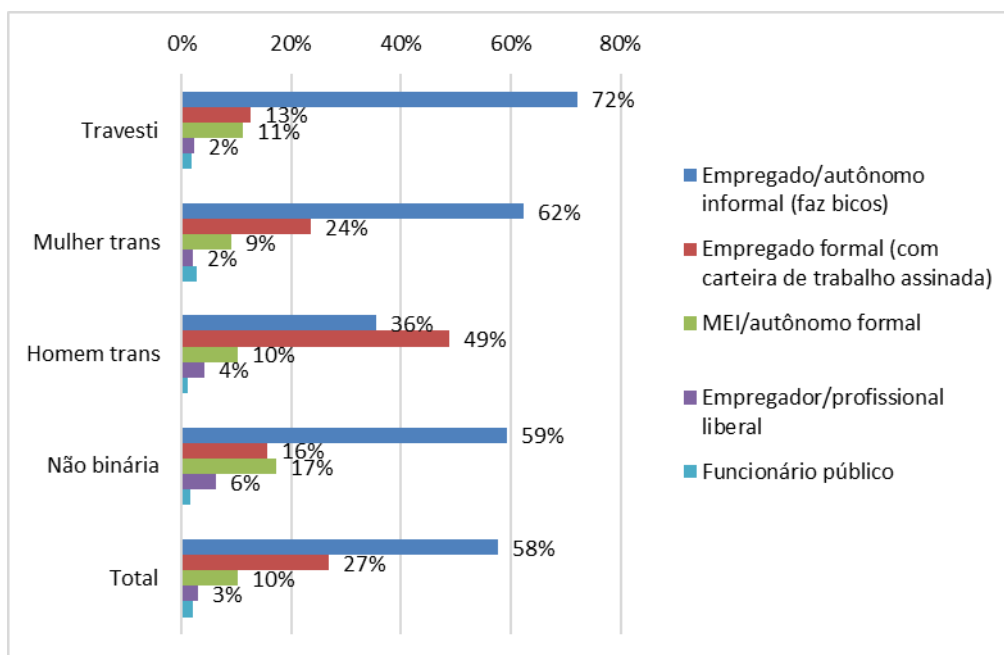
Ocupação	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Profissional do sexo	46%	34%	0%	3%	27%
Cabeleireira(o)	4%	13%	1%	3%	8%
Vendedor(a)/ atendente loja, lanchonete	1%	2%	9%	6%	4%
Analista <i>Control Desk/ Telemarketing</i>	3%	3%	9%	3%	4%
Ambulante	1%	2%	5%	8%	3%
Costureira(o)	2%	3%	1%	2%	2%
Caixa de lojas, supermercados	0%	2%	2%	2%	2%
Auxiliar de limpeza	1%	2%	1%	2%	1%
Auxiliar de cozinha	2%	1%	1%		1%
Arte visual	2%	1%	2%	3%	1%
Outras ocupações	36%	37%	69%	69%	46%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Do total da população entrevistada, 58% realizam trabalho informal ou autônomo, de curta duração e sem contrato; 27% têm emprego formal com carteira de trabalho assinada; 10% desenvolvem atividades como microempreendedor individual - MEI e um percentual muito pequeno são empregadores/profissionais liberais (3%) e funcionários públicos (2%).

Coerente com as características das ocupações, o tipo de vínculo de trabalho mais comum entre as travestis é o emprego informal ou autônomo, temporário e sem contrato (o popular “bico”) que alcança 72%. Esse tipo de relação de trabalho é mais comum também entre as mulheres trans (62%) e pessoas não binárias (59%). A exceção, nesse caso, ocorre dentre os homens trans, em que o emprego formal com carteira assinada é a relação de trabalho mais significativa, representando 49% dos ocupados.

Figura 8- Tipo de vínculo ou situação de trabalho

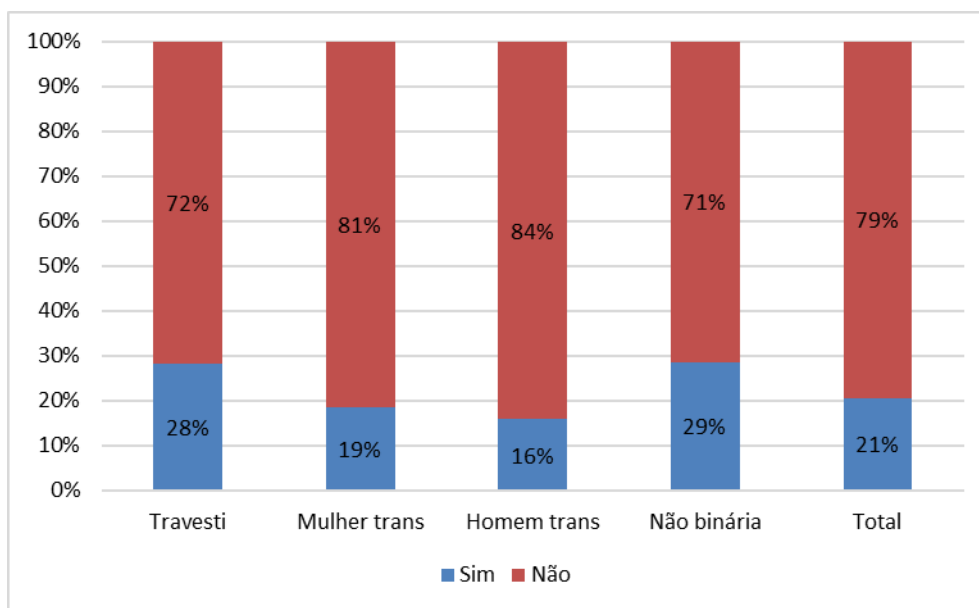


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Mais que trabalhar ou exercer uma atividade remunerada, 21% da população trans ocupada exerce uma segunda atividade. Nesse caso, travestis e pessoas não binárias se destacam por apresentarem taxas de ocupação secundária (28% e 29% respectivamente) o que representa cerca de 10 pontos percentuais acima das taxas de mulheres trans (19%) e homens trans (16%).

Dado o caráter informal e a instabilidade que tendem a caracterizar os vínculos de trabalho das travestis, há fortes indícios que encontrem condições adversas no mercado de trabalho e, portanto, a segunda ocupação consiste em um complemento de sua renda.

Figura 9– Outra ocupação remunerada



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

As categorias de ocupação secundárias mais citadas, agregadas de acordo com a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), referem-se às atividades de comunicação, artes e religião. Elas representam 53% da ocupação secundária de pessoas não binárias, 28% de homens trans e 26% das travestis.

Em seguida, surge novamente a atividade de garota de programa, comum a 24% das travestis e a 32% das mulheres trans. Isso indica que as atividades relacionadas ao mercado do sexo constituem a ocupação principal ou secundária de 71% das travestis e 66% das mulheres trans (soma da ocupação principal mais a secundária).

Em terceiro lugar, estão as ocupações relacionadas às atividades de serviço (saúde, embelezamento, alimentação, hotelaria e atividades domésticas), com destaque para os homens trans que representam 18% dos ocupados, seguidos de mulher trans e travestis, que representam 10%.

Tabela 13- As 10 principais ocupações secundárias citadas pela população trans

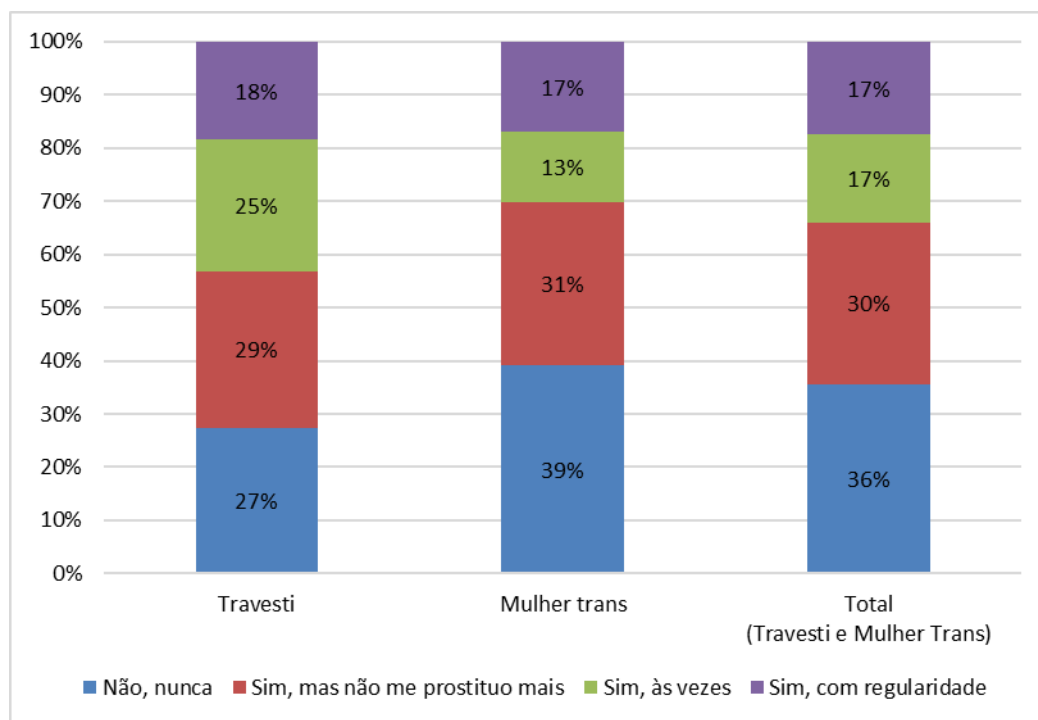
Ocupações/Áreas	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Comunicação, artistas e religiosos	26%	11%	28%	53%	22%
Garota de programa	24%	32%	0%	5%	21%
Trab. dos serviços	10%	10%	18%	5%	11%
Cabeleireira, manicure, esteticista	5%	14%	0%	5%	8%
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	9%	8%	10%	0%	8%
Trab. na indústria têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	5%	10%	3%	0%	6%
Técnicos de nível médio dos serv. culturais, comunicações e desportos	7%	1%	10%	0%	4%
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas e engenharia	0%	2%	8%	5%	3%
Trab. da indústria extrativa e da construção civil	0%	2%	8%	5%	3%
Atendente de loja, lanchonete	5%	1%	0%	11%	3%
Outras ocupações	14%	11%	18%	16%	14%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Dada a proeminência da prostituição para as estratégias de sobrevivência de travestis e mulheres trans, buscou-se identificar com que frequência essa atividade é realizada e o quanto já fez ou ainda faz parte do cotidiano das entrevistadas.

Dentre as travestis, 18% afirmaram se prostituírem com regularidade e apresentaram um percentual muito próximo ao verificado entre as mulheres trans (17%). As maiores diferenças entre os dois grupos ocorrem em relação ao significativo percentual de mulheres trans que afirmaram “nunca” ter feito prostituição (39% contra 27% de travestis) e o maior percentual de travestis que faz prostituição “às vezes” (25% contra 13% de mulheres trans). Os índices relativos à parcela da população em que a prostituição faz parte do passado são muito parecidos nos dois grupos (29% dentre as travestis e 31% dentre as mulheres trans).

Figura 10– Frequência com que se prostitui



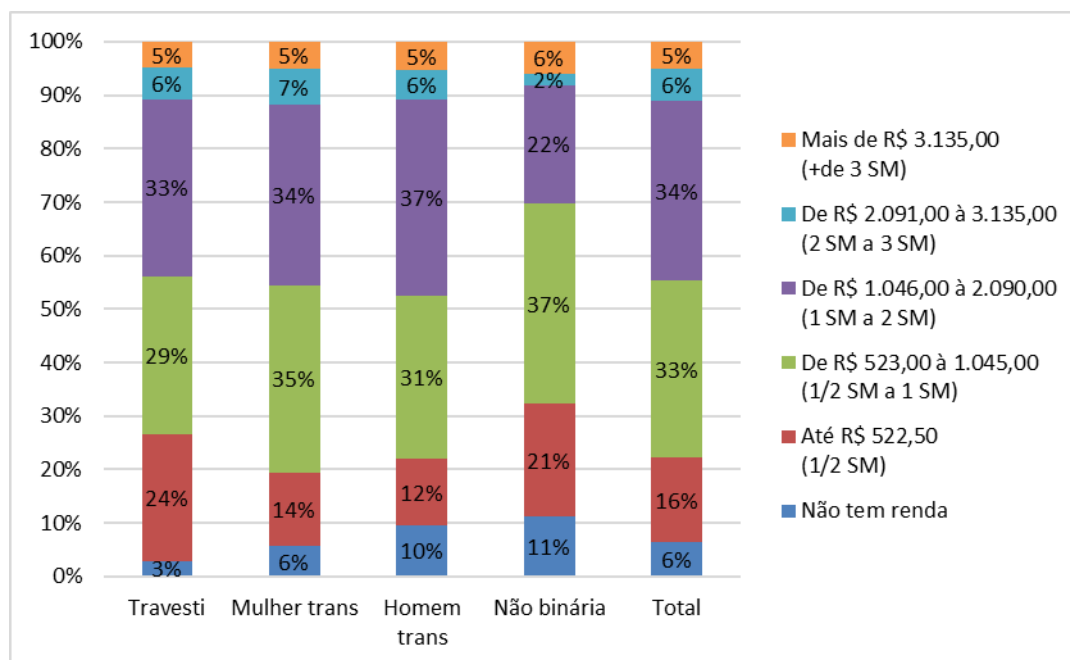
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 3- Renda

As diferenças verificadas em relação ao tipo de ocupação principal, vínculo de trabalho e posse de formação se refletem, em parte, na distribuição das pessoas trans pelas faixas de renda. Da totalidade da população trans pesquisada, nota-se a concentração em duas faixas de renda: de R\$ 523,00 a R\$ 1.045,00 (33%) e de R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00 (34%), que correspondem às faixas de ½ a 1 salário mínimo (SM), no Estado de São Paulo, e acima de 1 a 2 SM.

No caso de homens trans, destaca-se tanto a camada média baixa, isto é, de 1 a 2 SM (37%), como também o percentual de pessoas que se declararam sem renda (10%). As travestis representam o grupo com maior percentual de pessoas que recebem até ½ SM (24%) e as mulheres trans apresentam uma distribuição parecida àquela encontrada na totalidade da população trans, ou seja, concentrada nas faixas de ½ a 1 SM (35%) e de 1 a 2 SM (34%). Cabe destacar o percentual (11%) de pessoas não binárias que se declararam sem renda.

Figura 11– Renda no mês anterior



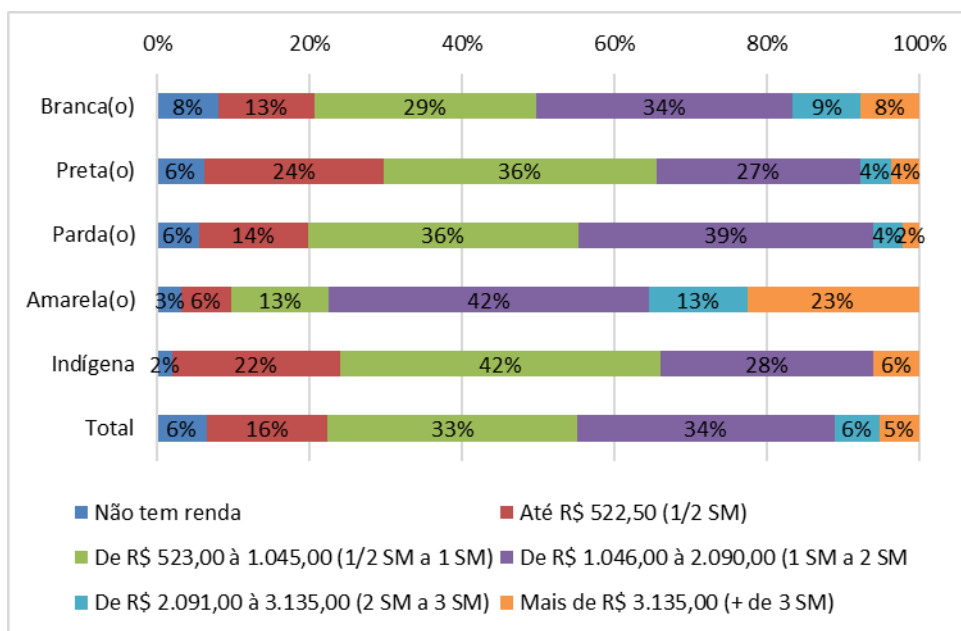
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Outra dimensão das diferenças de renda que se destaca está relacionada à cor/raça das pessoas trans entrevistadas. Pessoas que se autodeclararam pretas estão concentradas nas faixas de até um 1 SM (36%) em relação aos demais. Em contraste, as pessoas trans que se identificaram como amarelas(os) se situam nas faixas intermediárias de 1 a 2 SM (42%) e, superior, acima de 3 SM (23%). Os grupos de indígenas e pardos possuem distribuição de renda semelhante, com o destaque para a maior concentração de indígenas na faixa de renda baixa, entre ½ e 1 SM (42%). Comparados aos demais grupos, as pessoas brancas também se concentram na faixa intermediária de 1 a 2 SM (34%) mas, também, é significativa a parcela que possui renda de 2 a 3 SM (9%) e acima de 3 SM (8%).

Por fim, independente da cor autodefinida, a faixa de renda formal ou informal declarada para 34% dos entrevistados é de 1 a 2 SM. E, para 33% dos entrevistados é de ½ a 1 SM.



Figura 12– Renda mensal por cor/raça



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Para os homens trans, as principais atividades se concentram nas áreas de vendas, atendimento/telemarketing e atividades administrativas. Os “bicos” ou atividades temporárias sem contrato constitui a principal forma de trabalho em todas as identidades de gênero, com exceção, dos homens trans em que o emprego formal com carteira assinada se mostrou o mais significativo.

A renda está concentrada nas faixas baixa e média baixa, inferior a 2 SM. Entre as travestis e pessoas autodeclaradas pretas existe maior concentração com renda baixa de até ½ SM. Apesar das inúmeras dificuldades, a população trans se mostra ativa e se mobiliza em busca de melhores oportunidades. Assim, 21% possuem uma segunda ocupação e 43% possuem alguma formação técnica direcionada ao trabalho.

#### 4- Atividades que gostaria de exercer

Por fim, cabe destacar as expectativas e ocupações que a população entrevistada almeja, um dia, exercer no mercado de trabalho. Sabe-se que a trajetória de vida, experiências anteriores e avaliações do contexto econômico atual exercem influência sobre a resposta a essa questão. Nesse sentido, é importante notar que uma parcela significativa da população trans, isto é, 16%, possuem expectativas tão baixas em relação ao mercado de trabalho ou exercem ocupações tão desgastantes em relação aos aspectos

físico e emocional, que simplesmente indicaram o ideal do ócio hedonista de se ganhar dinheiro sem exercer “nenhuma” atividade.

Em relação às ocupações citadas, elas se ajustam ou, em grande parte, mantêm-se coerentes com a formação adquirida e ocupações já exercidas. Assim, dentre as travestis e mulheres trans, destacam-se as atividades de cabeleireira (11% e 9%, respectivamente); chefe ou auxiliar de cozinha (7% e 5%), enfermeira ou técnica de enfermagem (6% e 5%).

Os homens trans e as pessoas não binárias indicaram um universo mais amplo de ocupações, o que explica a baixa concentração em cada uma delas. Mesmo assim, é possível identificar que, em ambas as identidades, a profissão de chefe ou auxiliar de cozinha se destaca (4% e 5%, respectivamente), com destaque para a ocupação de professor para os homens trans (4%) e diretor de arte visual (3%). Dentre as pessoas não binárias, destacam-se: a psicologia (6%) e atividade de ator/atriz (6%).

Tabela 14– Atividade que gostaria de exercer para ganhar dinheiro (categoria nativa, 15 mais citadas)

Atividade	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Nenhuma	17%	15%	16%	14%	16%
Cabeleireira/o	11%	9%	2%	1%	7%
Chefe ou auxiliar de cozinha	7%	5%	4%	5%	5%
Enfermeira/o ou téc. de enfermagem	6%	5%	1%	3%	4%
Maquiadora	4%	4%			3%
Psicóloga/o	1%	3%	3%	6%	3%
Comerciante	3%	2%	2%	1%	2%
Atendente de loja, lanchonete, bar	2%	3%	2%		2%
Atriz/Ator	4%	2%	1%	6%	2%
Costureira	3%	3%		1%	2%
Professor/a	2%	1%	4%	2%	2%
Estilista	2%	3%	0%	3%	2%
Diretor de Arte Visual	2%	1%	3%	3%	2%
Administração	0%	2%	2%		2%
Dançarina/o	2%	2%	1%	2%	2%
Outras atividades	36%	39%	59%	53%	44%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto às condições necessárias para a realização da ocupação ou negócio desejado, destacam-se: dinheiro para investir (41%); realização de curso (29%); menos preconceito (14%) e mais vagas (12%). Nota-se que dentre os homens trans e travestis, é maior o percentual de pessoas que indicaram dinheiro para investir (46% e 41%, respectivamente). Esse resultado é coerente com os achados anteriores, representativo de uma população concentrada no setor de vendas e comércio (caso dos homens trans) ou, ainda, que garante o seu sustento a partir de atividades informais e autônomas (caso das travestis). Dentre as travestis destaca-se também o percentual de pessoas que indicaram a necessidade de realização de cursos (32%). Dado o preconceito e dificuldades existentes durante a trajetória escolar, os cursos de formação técnica ou profissional podem contribuir para essa população contornar os possíveis déficits de escolaridade formal.

É interessante notar que apesar de haver a barreira do preconceito e da discriminação, essa não foi a principal variável citada pelos/as entrevistados/as. Sobre essa constatação, pode-se levantar a hipótese de que a associação dessa oportunidade a possíveis investimentos indique que o conceito de “sujeito neoliberal” também esteja difundido nessa população.

Tabela 16 – O que mais precisa para exercer exclusivamente a atividade desejada

Condição necessária	Travesti	Mulher trans	Homem trans	Não binária	Total
Dinheiro para investir	41%	39%	46%	34%	41%
Realização de curso	32%	29%	27%	29%	29%
Menos preconceito	12%	15%	13%	16%	14%
Mais vagas	10%	13%	10%	18%	12%
Local para morar	4%	2%	1%	3%	2%
Tempo	0%	1%	0%	-	1%
Iniciativa	-	1%	1%	-	0%
Experiência	-	0%	0%	-	0%
Problemas de saúde	0%	0%	-	-	0%
Documentos	-	0%	-	-	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

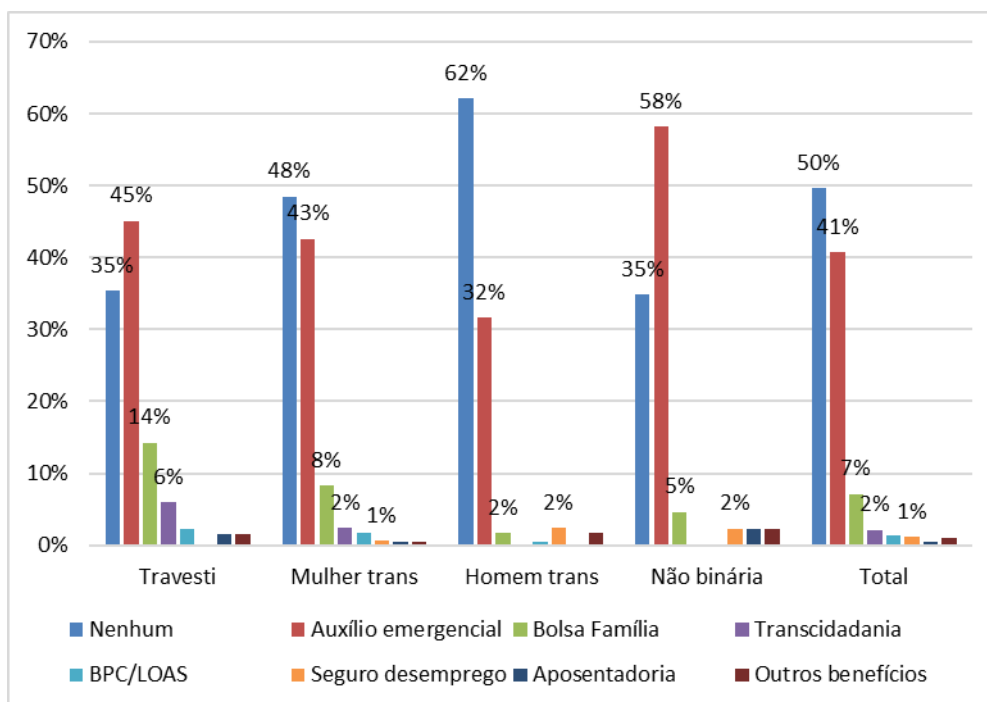
Ao término desta seção, cabe ressaltar a presença da política pública e o potencial de sua expansão para essa população. É importante lembrar que o trabalho de campo referente a esta pesquisa teve sua fase inicial presencial de coleta de dados, no período

anterior ao início da pandemia de corona vírus (Covid 19), nos meses de janeiro a fevereiro de 2020.

Posteriormente, durante a fase intermediária da pandemia, foi realizada a coleta de dados por telefone (maio a outubro de 2020). Vale destacar que um dos principais efeitos das crises econômica e sanitária aparece nos dados relativos aos beneficiários de bolsas e de outros programas sociais. Antes da pandemia, 62% da população trans entrevistada não era beneficiária de programas sociais, exceto do “Transcidadania” (20%) e do “Bolsa Família” (18%).

Com a pandemia, a situação se altera. Verifica-se que a população beneficiada por alguma política pública cresce 12 pontos percentuais e, passa de 38% para 50%. Entra em cena, o apoio do Auxílio Emergencial, que foi acessado por 41% da população trans entrevistada. O destaque se verificou em relação às pessoas não binárias e travestis, o que representou o acesso à renda mínima de R\$ 600,00 para 58% e 45%, respectivamente. Devido à impossibilidade de acumular benefícios, a participação no programa Bolsa Família se reduz a um patamar de 7%, mantendo-se, contudo, significativo para 14% das travestis, que continuaram a se beneficiar do programa. Quanto às bolsas do Transcidadania, principal auxílio recebido pela população trans antes da pandemia, também tem sua participação reduzida, passando a contemplar apenas 2% da população entrevistada. Novamente, o destaque ocorre em relação às travestis, uma vez que 6% continuaram beneficiadas pelo Programa.

Figura 13- Recebe algum benefício (situação após início da pandemia)



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Conclui-se, portanto, que durante a fase inicial e intermediária da pandemia, em que as atividades econômicas foram paralisadas, o auxílio emergencial foi essencial para garantir a sobrevivência de uma parcela significativa da população trans, impossibilitada de trabalhar. Para 53% das pessoas entrevistadas que declararam ter como principal atividade remunerada a prostituição com frequência regular ou às vezes, o auxílio emergencial provavelmente conseguiu manter essa parcela da população trans um pouco mais protegida em razão do alto risco de contágio nessa atividade e diminuição da procura por esse serviço. Além da prostituição, as travestis e mulheres transexuais são as que menos possuem trabalho formal com algum respaldo legal (13% e 24%) respectivamente. Se comparado aos homens trans com 49% em ocupações formais, entendemos tanto a alta frequência desses que não acessaram os benefícios sociais (62%) quanto os 32% beneficiados pelo auxílio emergencial.

Nota-se, que dentre os homens trans esse acesso mais reduzido, explica-se em grande parte pelo fato de ser esse o grupo em que cerca de 60% da população trabalha e, dos quais, 49% (isto é, quase a metade dos que trabalham) possui emprego formal, com carteira de trabalho assinada. Ainda que para uma parcela da população trans, os contratos CLT possam oferecer acesso aos benefícios de seguro-desemprego e aos acordos de



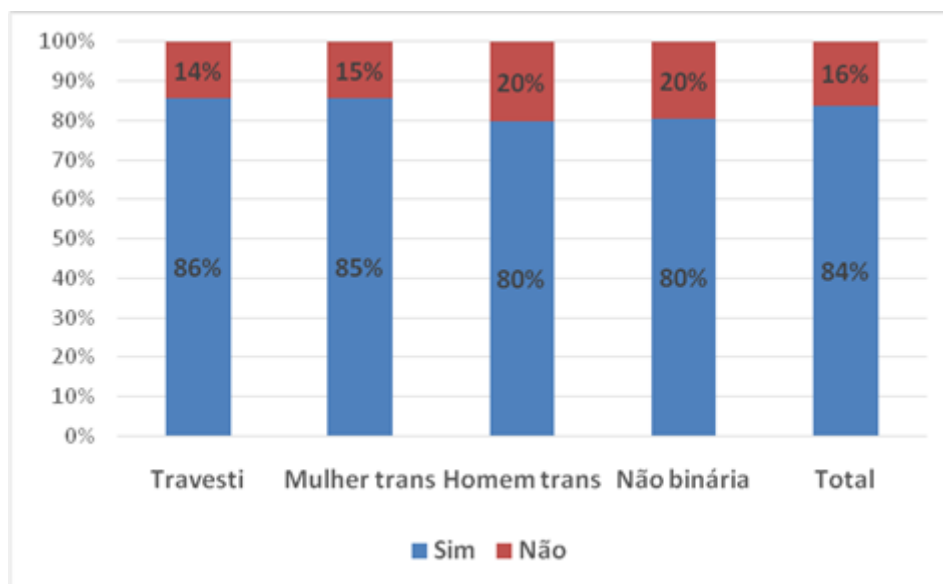
redução de jornada, salário e de trabalho remoto, lidar com a pandemia tem sido um desafio e exige extrema cautela do poder público em relação à gestão e continuidade dos benefícios. Devido à natureza instável e a elevada informalidade dos trabalhos realizados por grande parte das pessoas trans, uma redução brusca nos valores ou retirada precipitada do auxílio resultará, certamente, em aumento da pobreza e da condição de vulnerabilidade.

## SAÚDE E USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

### 1- Assistência médica e hospitalar

A parcela da população trans do município de São Paulo participante da pesquisa que frequenta regularmente algum serviço ou equipamento de saúde é relativamente elevada. No grupo composto por travestis e mulheres trans, 85% das pessoas entrevistadas disseram procurar e ser regularmente atendidas nos serviços de saúde. Entre os homens trans e as pessoas não binárias, o percentual de atendimentos se reduz, mas continua elevado em torno de 80%.

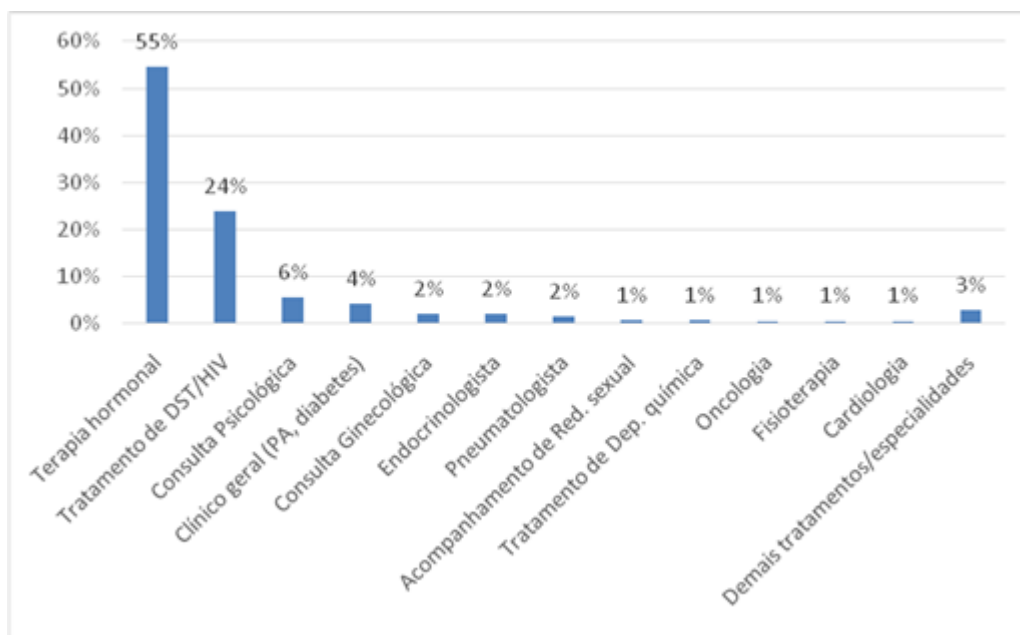
Figura 14– Atendimento por algum serviço de saúde



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Do total da população trans entrevistada, a metade (50%) procura regularmente os equipamentos ou serviços de saúde pela necessidade de realizar um tratamento específico e contínuo. Dentre os tratamentos citados (total de 853), destacam-se as seguintes especialidades ou tipo de tratamento: terapia hormonal (55%) e tratamento de DST/HIV (24%). Os demais tratamentos, apesar de importantes, foram citados por menos de 10% das pessoas entrevistadas.

Figura 15 – Tipo de tratamento contínuo ou específico realizado (%)

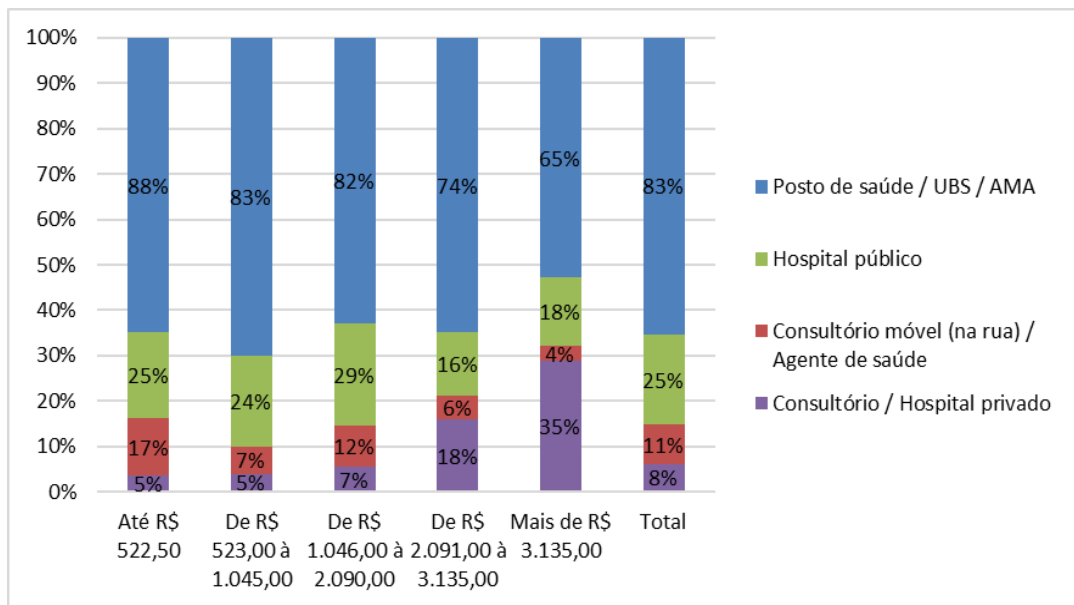


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Cabe destacar que em todas as faixas de renda, os principais serviços/equipamentos de saúde utilizados pela população trans fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS). Na faixa de renda mais baixa (até R\$ 552,50 ou meio salário mínimo), 88% das pessoas foram atendidas pelo sistema composto por postos de saúde/UBS/AMA. Os hospitais públicos também foram frequentados por 25% da população de baixa renda. Conforme se avança nas faixas de renda, cresce a importância dos hospitais particulares, contudo, mesmo entre as pessoas entrevistadas que estão na faixa de renda acima de R\$ 3.135,00, 65% delas frequenta o sistema público de saúde.



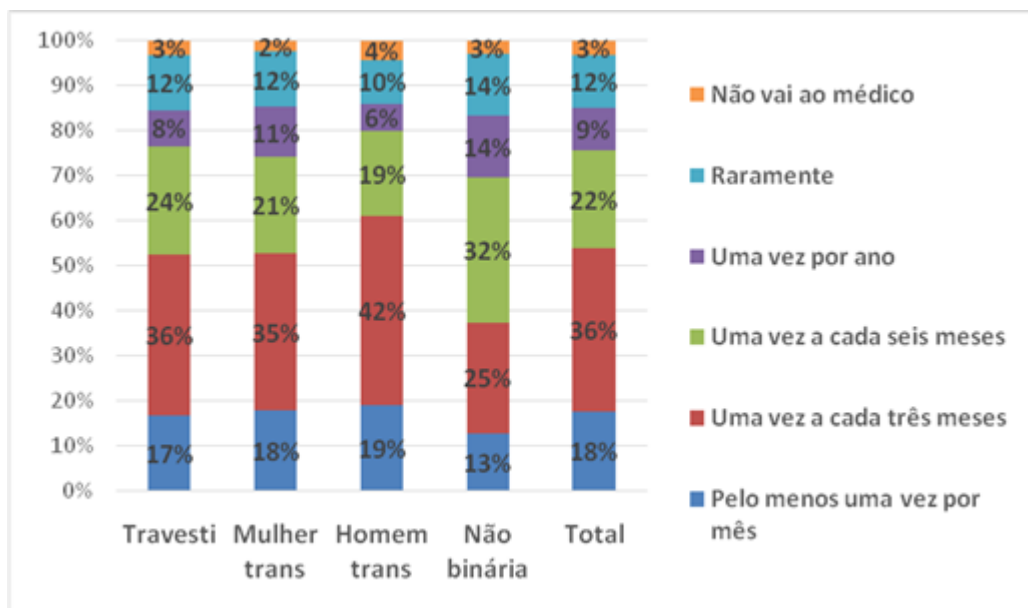
Figura 16-Tipos de serviços de saúde que recebe atendimento



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

A periodicidade mais comum de realização de consultas médicas é de uma vez a cada três meses (36%), com destaque para os homens trans em que essa frequência alcança 42% da população. A exceção ocorre em relação às pessoas não binárias em que a periodicidade mais comum é uma vez a cada seis meses (32%).

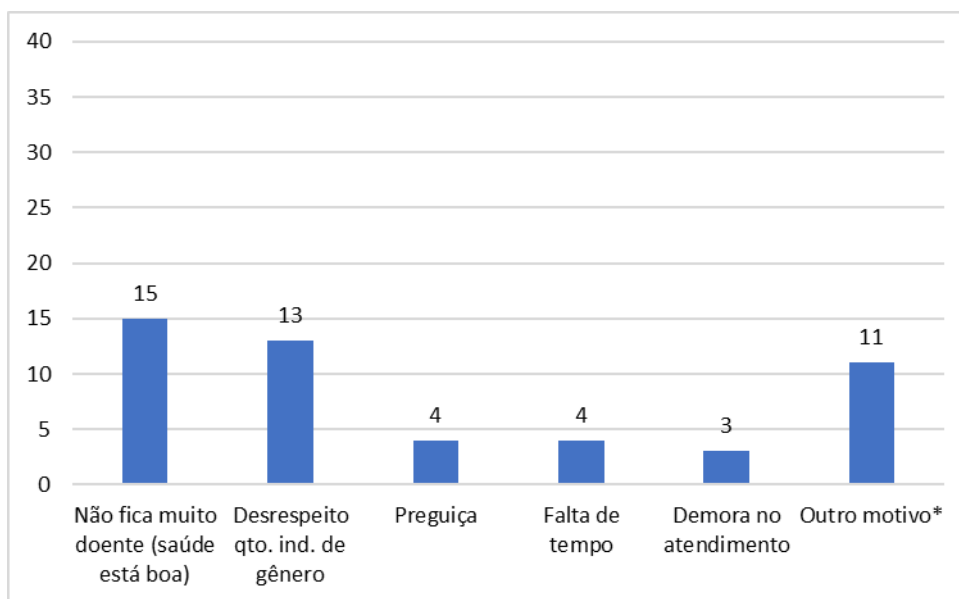
Figura 17 - Frequência que realiza consultas médicas



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

A parcela da população que não vai ao médico é muito pequena (45 casos no total) o que corresponde a 3% do universo entrevistado. Para essa pequena parcela da população trans entrevistada, os motivos alegados foram: poucas vezes, ficaram doentes (15 casos) e o desrespeito à identidade de gênero (13 casos). Outros motivos destacados estão relacionados à preguiça (4 casos); falta de tempo (4 casos) e demora no atendimento (3 casos).

Figura 18 – Motivo por qual não vai ao médico?

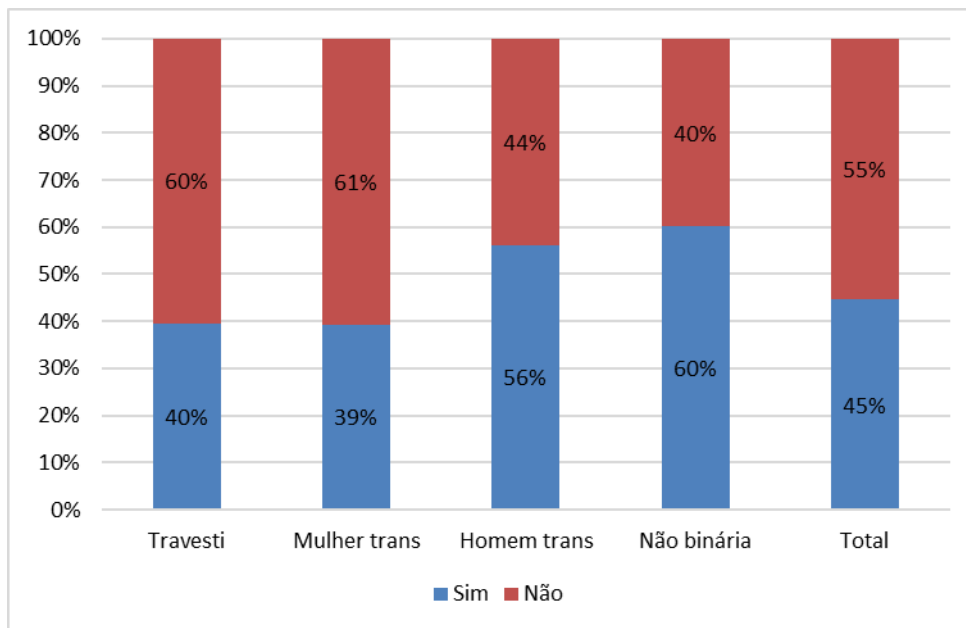


\*Motivos com menos de 3 menções

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação à oferta de tratamento ou acompanhamento médico especializado, 45% da população entrevistada disseram sentir a falta ou carência de algum tipo de acompanhamento. Dentre os homens trans e as pessoas não binárias, o percentual que indicou carência de acompanhamento médico (56% e 60%, respectivamente) foi maior do que o verificado dentre as travestis (40%) e mulheres trans (39%).

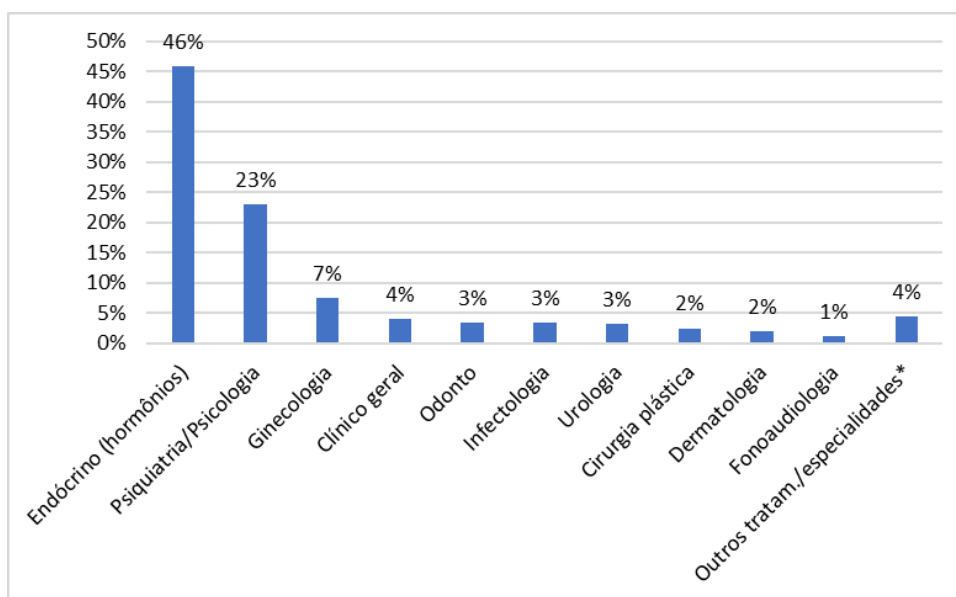
Figura 19 – Sente falta de algum acompanhamento médico especializado?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação ao tipo de acompanhamento ou especialidade médica que a população entrevistada sente falta, destacam-se a endocrinologia (46%) e psiquiatria/psicologia (23%). Dentre os homens trans e as pessoas não binárias, é relevante a reivindicação de tratamento ginecológico que alcança 19% e 15%, respectivamente. As carências das demais especialidades é relativamente baixa.

Figura 20 – Qual atendimento sente falta?



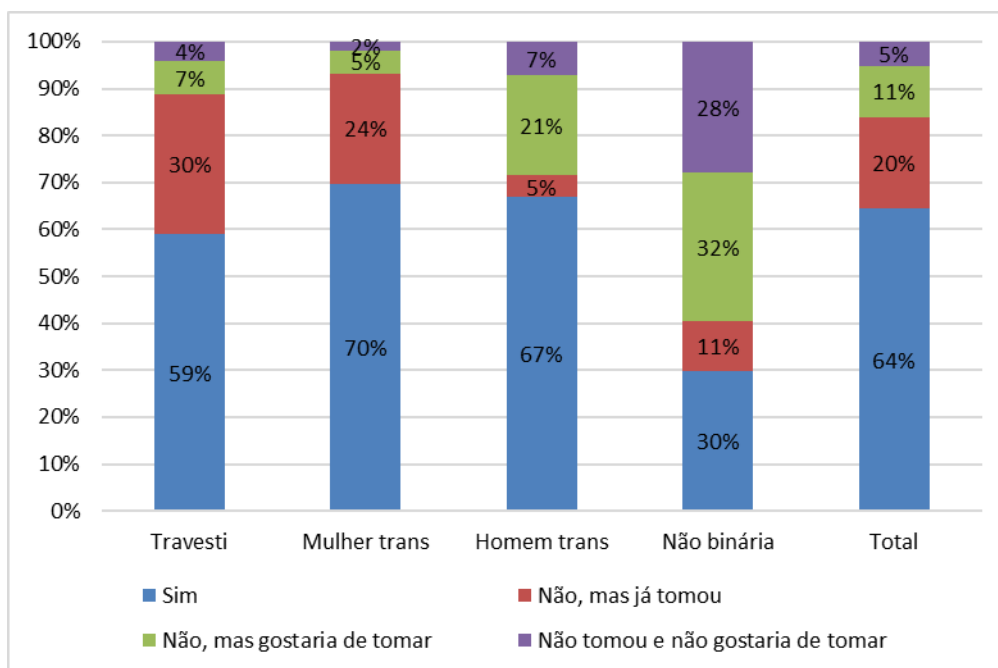
\*Outros tratamentos/especialidades: tratamentos com menos de 1% das menções.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## 2- Tratamento hormonal

Em relação ao tratamento hormonal, 64% da população trans entrevistada disse tomar hormônios regularmente, outra parcela, 20%, fez uso de hormônios, mas já interromperam, sendo seguidas de 11% de pessoas que nunca tomaram, mas gostariam de iniciar o tratamento. Com exceção das pessoas não binárias, nos demais grupos, a incidência de uso de hormônios é elevada e varia de 59% (travestis) e 70% (mulheres trans). Cabe também destacar que, entre os homens trans e as pessoas não binárias, é significativa a parcela da população que gostaria de iniciar o tratamento (respectivamente, 21% e 32%). Também entre as pessoas não binárias, 28% nunca tomaram e nem desejam tomar hormônios.

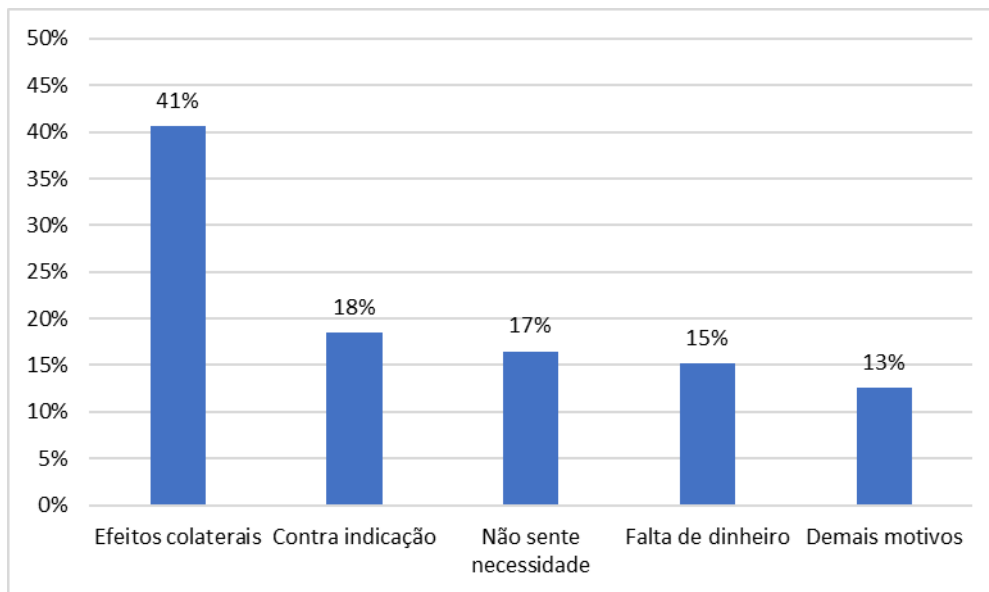
Figura 21 - Toma ou já tomou hormônios regularmente?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Dentre as pessoas que tomaram hormônios, mas interromperam o seu uso (349 casos), 41% alegaram incômodo em relação aos efeitos colaterais e 18% contraindicação médica. Os demais motivos destacados foram: ausência de necessidade (17%) e falta de dinheiro (15%).

Figura 22 - Por que parou de tomar hormônios?

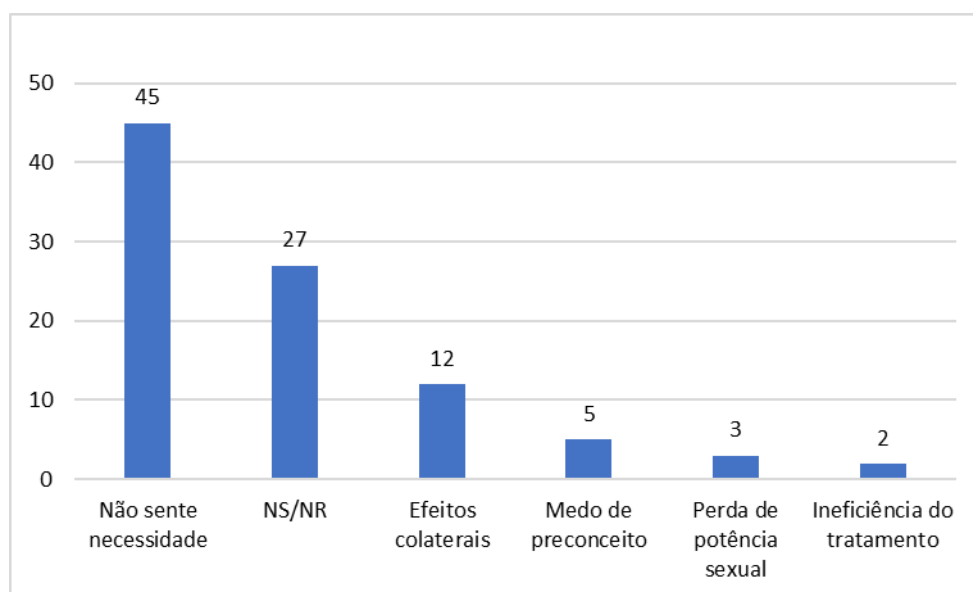


\*Demais motivos: motivos com menos de 5% das menções.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

No total, somente 94 pessoas, entre as entrevistadas afirmaram nunca terem tomado e nem terem vontade de tomar hormônios. Dentre os motivos alegados, 45 pessoas (48%) indicaram não sentir necessidade; 27 não souberam responder (29%) e outras 12 (13%) demonstraram receio com os efeitos colaterais. Os demais motivos tiveram baixa quantidade de menções.

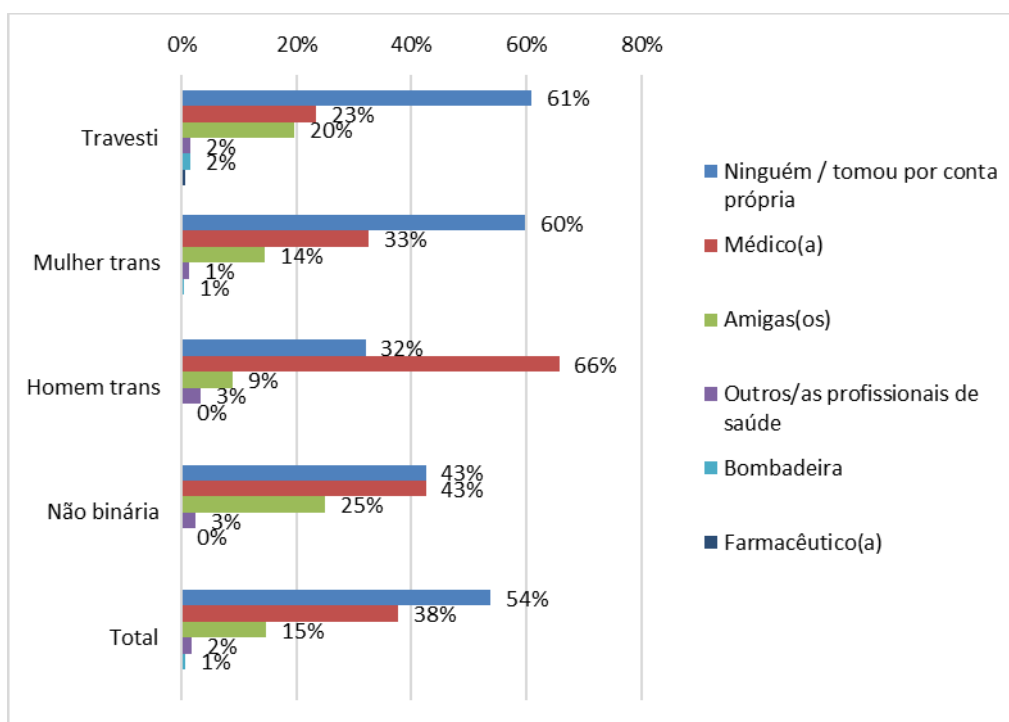
Figura 23 – Por que não gostaria de tomar hormônios?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

De um total de 1.493 pessoas que tomam regularmente ou já tomaram hormônios em algum momento, 54% tomou por conta própria; 38% receberam acompanhamento médico e 15% fizeram uso por indicação e orientação de amigas ou amigos. Dentre as travestis e mulheres trans, é maior o índice de automedicação (61% e 60%, respectivamente) e, dentre os homens trans, o acompanhamento médico é a situação mais comum (66%).

Figura 24 – Se toma ou tomou hormônios, quem indicou?

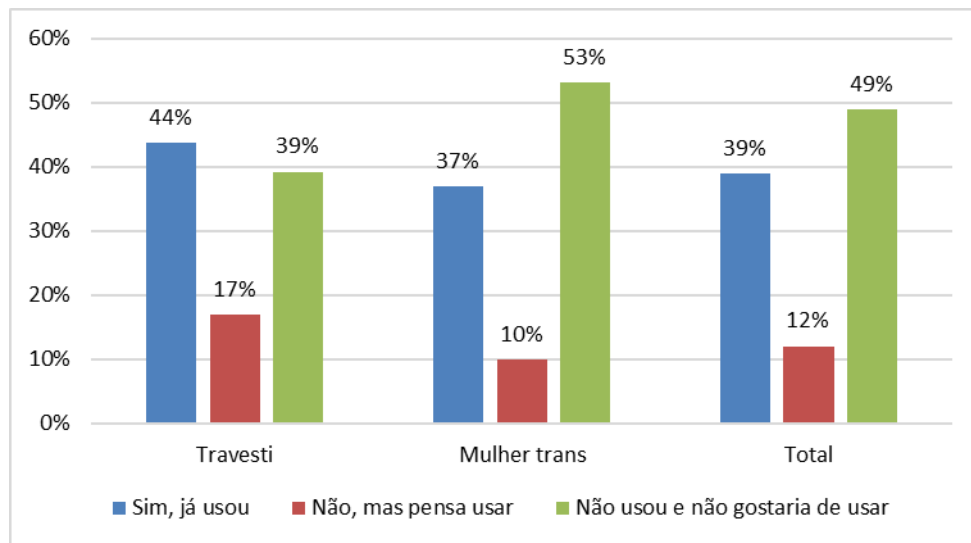


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 3- Intervenções corporais

No caso específico de travestis e mulheres trans, outra questão de saúde relaciona-se às intervenções corporais e às consequências do uso de silicone industrial. De um total de 1.246 pessoas, que se identificaram como travestis (384 casos) e mulheres trans (862 casos), 39% já tinham utilizado silicone industrial. Outras 49% disseram não usar e nem terem vontade e 12% pensavam em utilizar. Dentre as travestis, a incidência de uso era mais alta (44%) do que em relação às mulheres trans (37%).

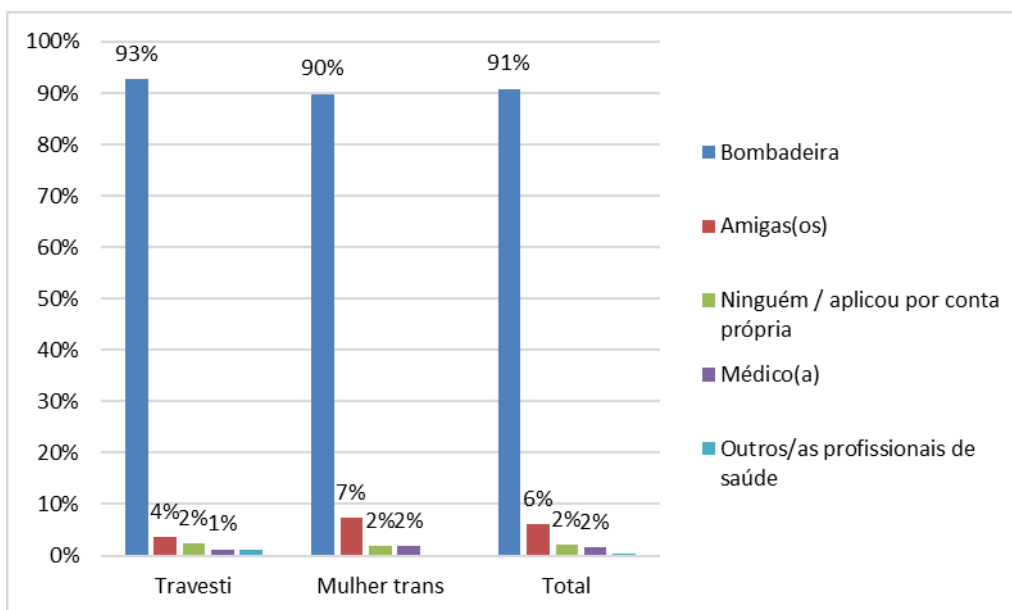
Figura 25 - Já usou silicone industrial?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em mais de 90% dos casos, ou seja, em quase sua totalidade, a aplicação de silicone industrial injetável, recurso barato, rápido, mas considerado de alto risco para a realização de alterações no corpo, quando realizado por pessoas leigas, se deu por meio do contato e acesso às “bombadeiras” (categoria nativa, recorrente no universo da população trans referente as mulheres trans ou travestis que realizam a aplicação de silicone em si mesma e em outras pessoas). De 479 casos de pessoas trans entrevistadas que recorreram ao silicone industrial, 93% se declararam travestis e 90% mulheres trans.

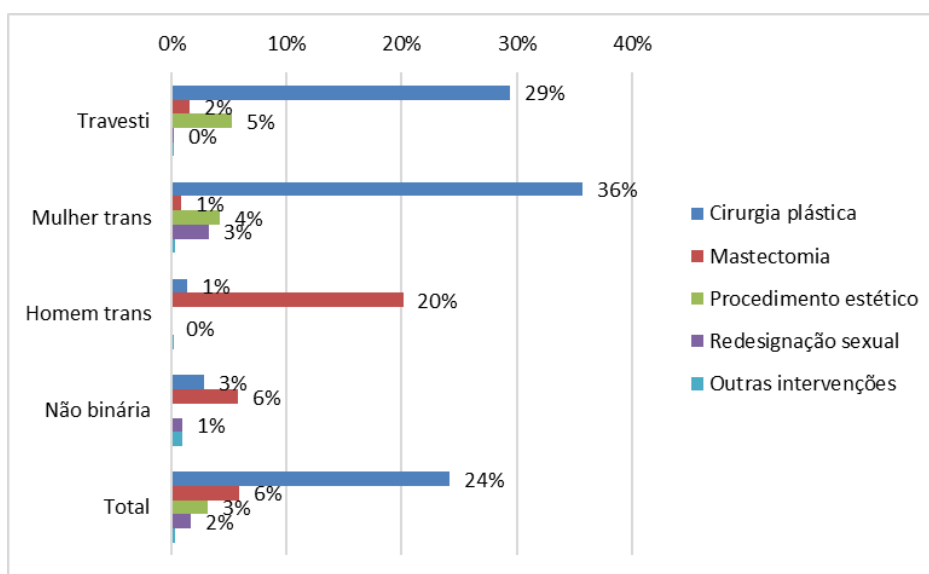
Figura 26– Se já usou silicone industrial, quem aplicou?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Ao explorar as demais intervenções corporais, recorrentes no universo da população trans pesquisada, chama-nos a atenção que 32% das pessoas entrevistadas já fizeram alguma intervenção corporal e 57% pretendem fazer. Dentre as travestis, 29% já realizaram alguma cirurgia plástica, esse índice chega a 36% entre as mulheres trans. No caso dos homens trans, a intervenção corporal mais significativa se refere à mastectomia, realizada por 20% dos entrevistados.

Figura 27 - Fez alguma intervenção de mudança no seu corpo?

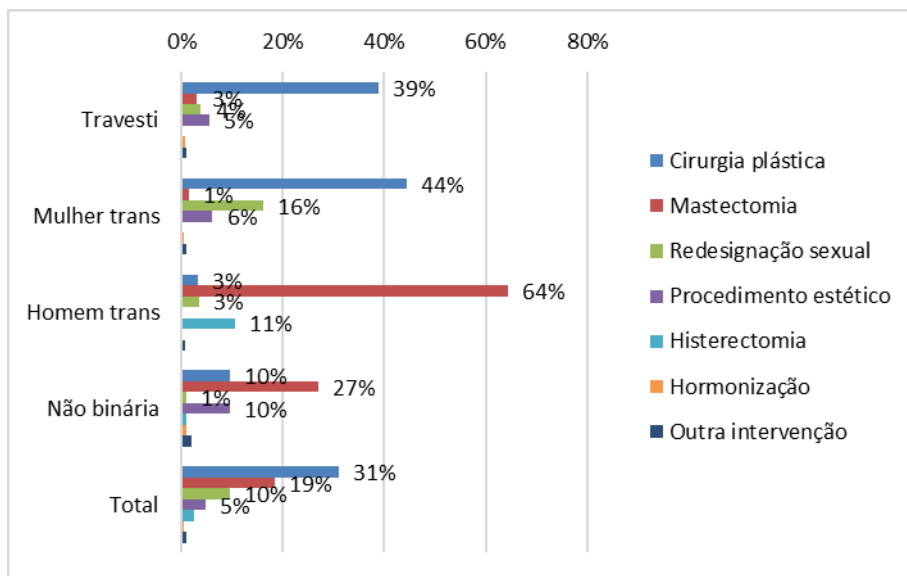


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.



Em relação à intervenção corporal que pretende fazer, a tendência é semelhante à verificada na intervenção já realizada. Assim, enquanto 39% das travestis e 44% das mulheres trans pretendem fazer a primeira ou outra cirurgia plástica, a mastectomia constitui o desejo de 64% dos homens trans.

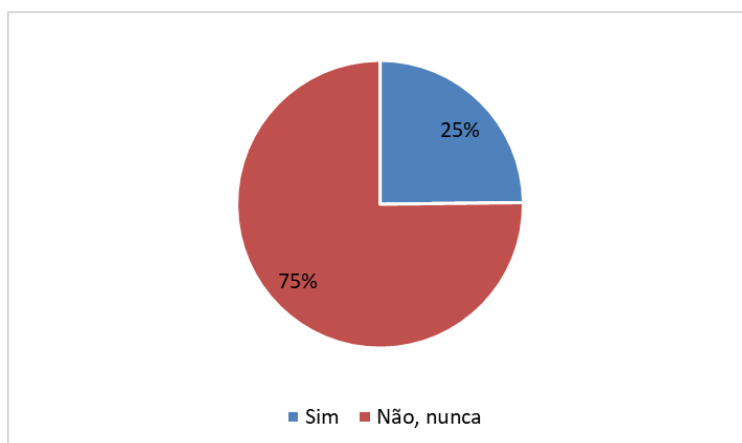
Figura 28 - Pretende fazer alguma outra intervenção em seu corpo?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

O tema sensível da mutilação corporal também foi abordado durante a pesquisa. Nesse caso, 25% da população trans entrevistada (444 casos) confirmaram ter se mutilado pelo menos uma vez.

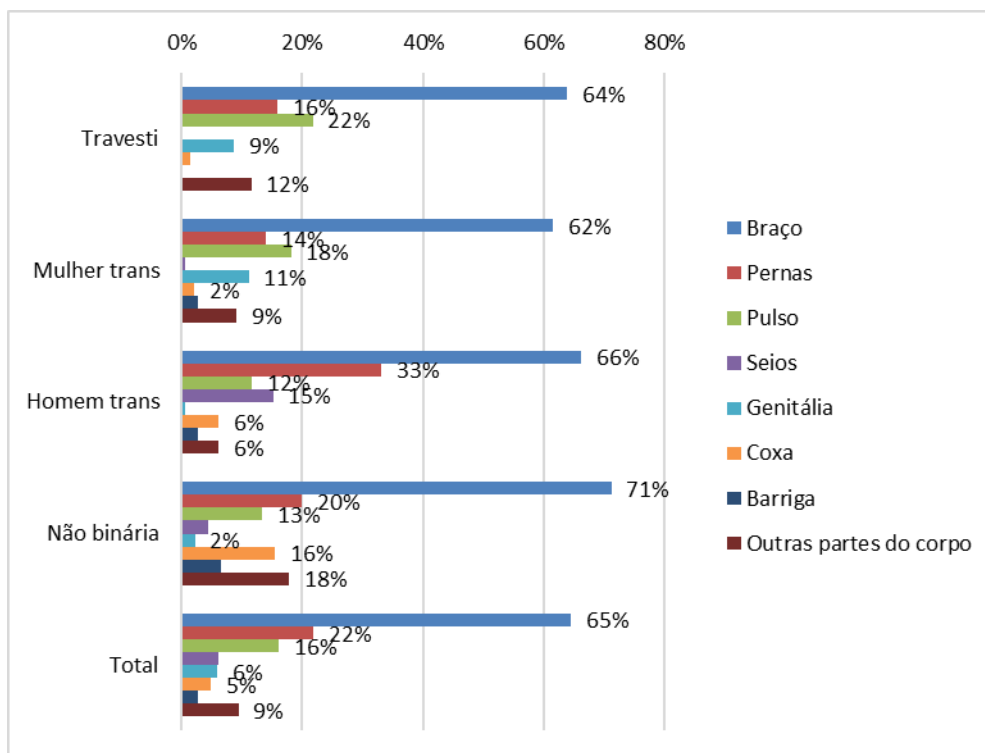
Figura 29 – Alguma vez já se mutilou?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação à parte do corpo mutilada, nota-se a elevada a incidência das pessoas que mencionaram o braço (65%), ou seja, um comportamento que pode estar ou não associado à tentativa de suicídio. Nota-se que entre as pessoas não binárias, esse percentual chega a 71% das mutilações. A mutilação do pulso também é significativa entre as travestis (22% das menções) e das mulheres trans (18%). Entre os homens trans, além do pulso (12%), também é significativa a indicação da região dos seios (15%).

Figura 30– Qual parte do seu corpo já mutilou?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação aos homens trans, outro tema das intervenções corporais estéticas relacionou-se à utilização de instrumentos como o binder: faixa usada na região dos seios. De um total de 429 homens trans entrevistados, 53% disseram utilizar a faixa com regularidade; 26% já utilizaram, mas hoje já não usam; seguidos de 20% que nunca recorreram ao instrumento.

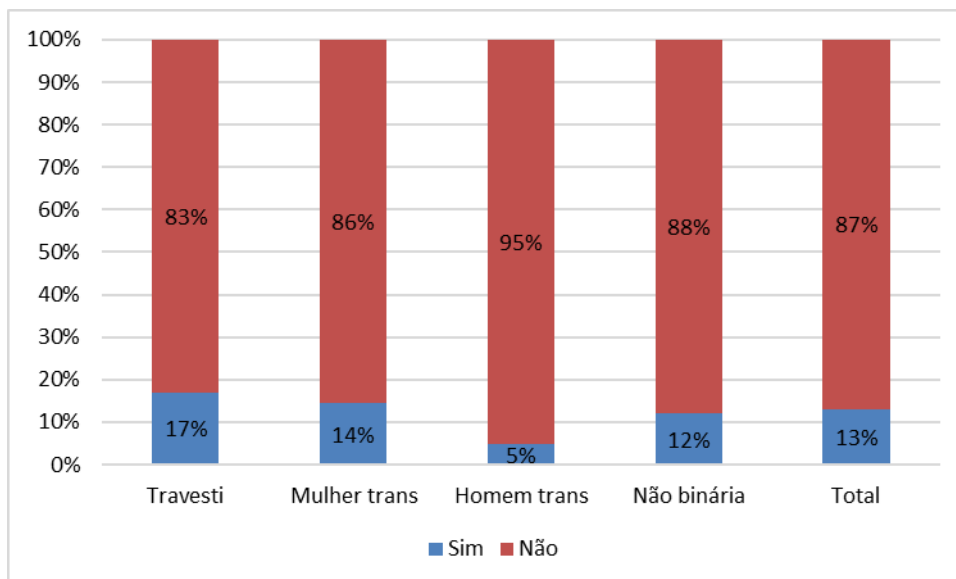
Figura 31– Já usou ou usa binder, faixa?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Ao final, inquiriu-se sobre os possíveis problemas de saúde decorrentes das intervenções corporais e, nesse caso, observou-se que, na totalidade da população que realizou algum procedimento estético ou intervenção no corpo, apenas 13% sofreram problemas de saúde. Dentre as travestis esse índice foi um pouco maior e alcançou 17%.

Figura 32– Pensando em todas as intervenções que já fez em seu corpo, alguma delas lhe causou problemas de saúde?

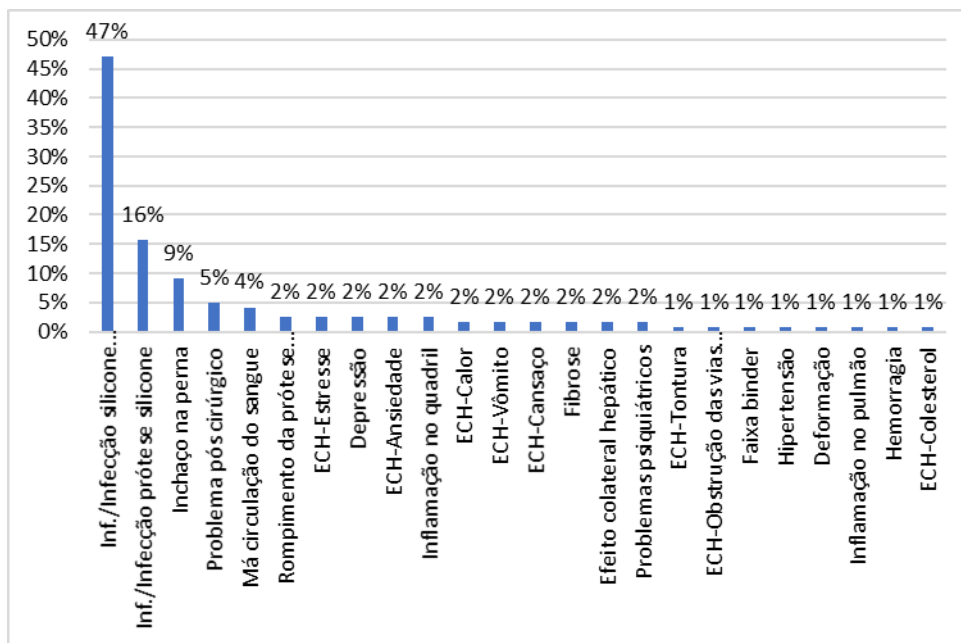


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

De um total de 121 problemas mencionados, destacam-se: infecções e inflamações decorrentes do uso de silicone industrial (47%); infecções e inflamações causadas por

problemas na prótese de silicone (16%); inchaço na perna (9%) e efeitos colaterais em consequência do uso de hormônios, tais como, estresse, ansiedade, calor, vômito, cansaço, tontura, incluídos em 2% das menções.

Figura 33– Problemas de saúde decorrente de intervenção corporal

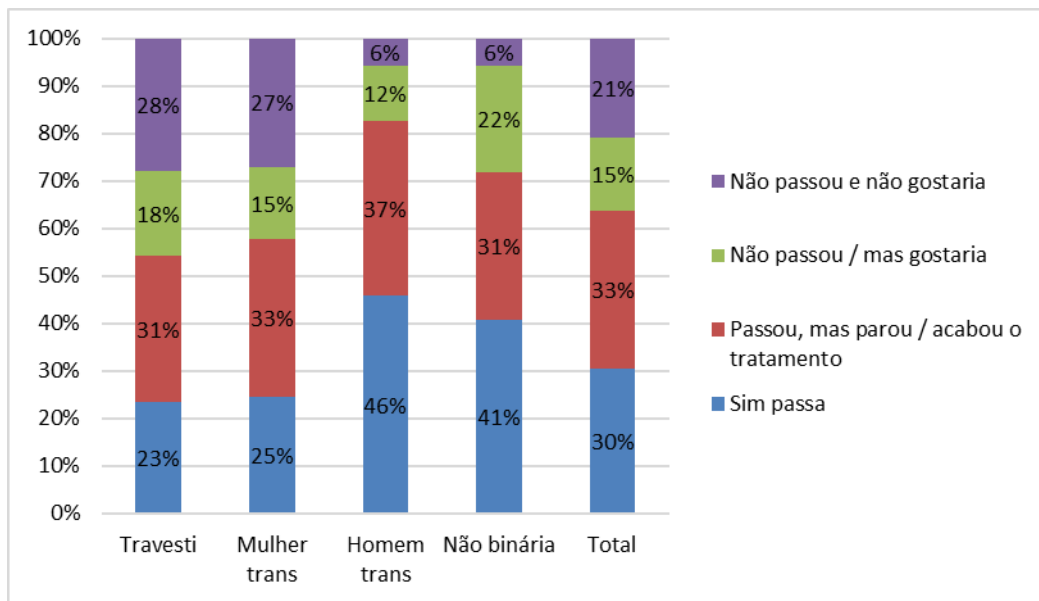


Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

#### 4- atendimentos psicológicos e psiquiátricos

Devido à complexidade do processo de transição de gênero e aos possíveis problemas de saúde e emocionais decorrentes de intervenções corporais inapropriadas, algumas questões levantaram informações sobre os motivos e abrangência dos atendimentos psicológico e psiquiátrico. Assim, na totalidade da população entrevistada, 30% passam, atualmente, por algum tipo de atendimento psicológico ou psiquiátrico. Dentre os homens trans e as pessoas não binárias, esse percentual é ainda maior e representa 46% e 41%, respectivamente. Vale destacar que 33% da população entrevistada passaram por tratamento, tendo já finalizado.

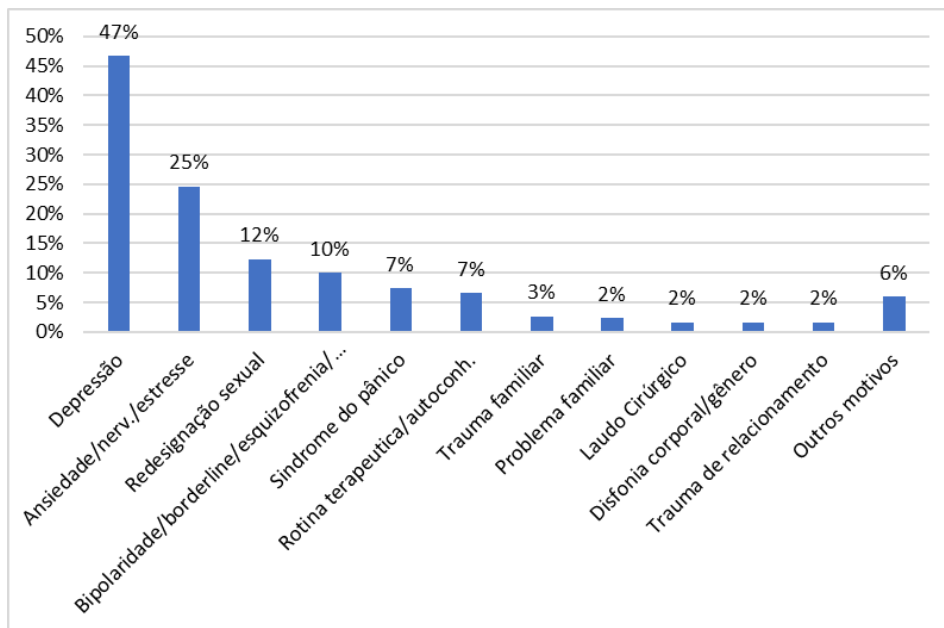
Figura 34 – Passa ou já passou por um atendimento psicológico/psiquiátrico?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Em relação aos motivos de 1.134 pessoas trans que passam ou já se submeteram a tratamento psicológico ou psiquiátrico, destacam-se: depressão (47%); ansiedade combinada com nervosismo e estresse (25%); pré e pós-cirurgia de redesignação sexual (12%); bipolaridade e, outras síndromes, como esquizofrenia (10%). Os demais motivos tiveram menos de 10% das menções.

Figura 35 – Motivos para procurar tratamento psicológico ou psiquiátrico

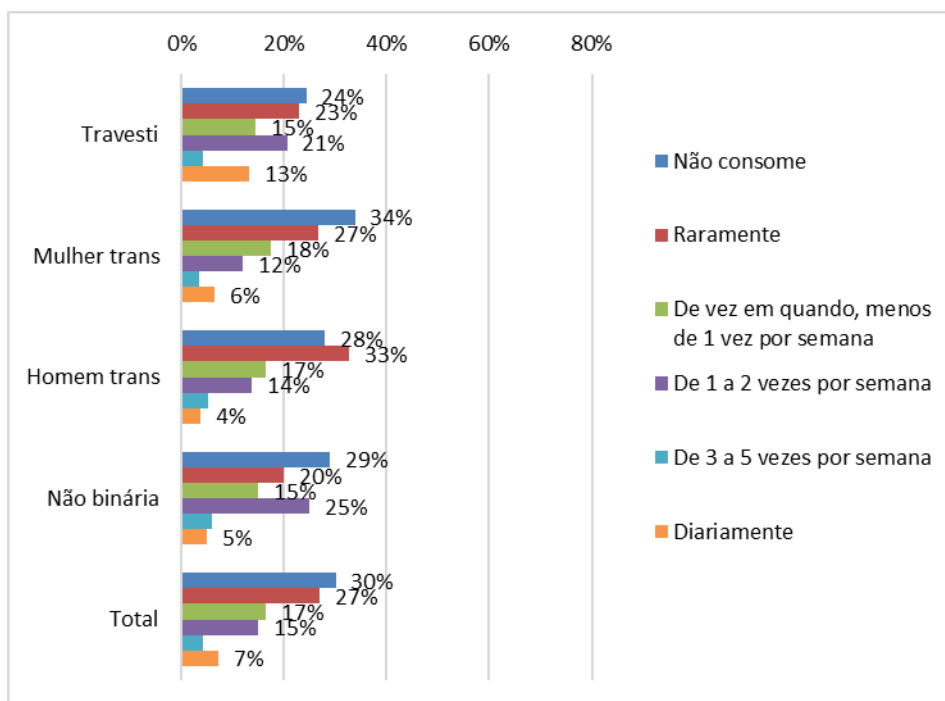


\*Outros motivos: motivos pouco citados, com menos de 1% das menções.  
 Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

### 5- Consumo de álcool e outras drogas

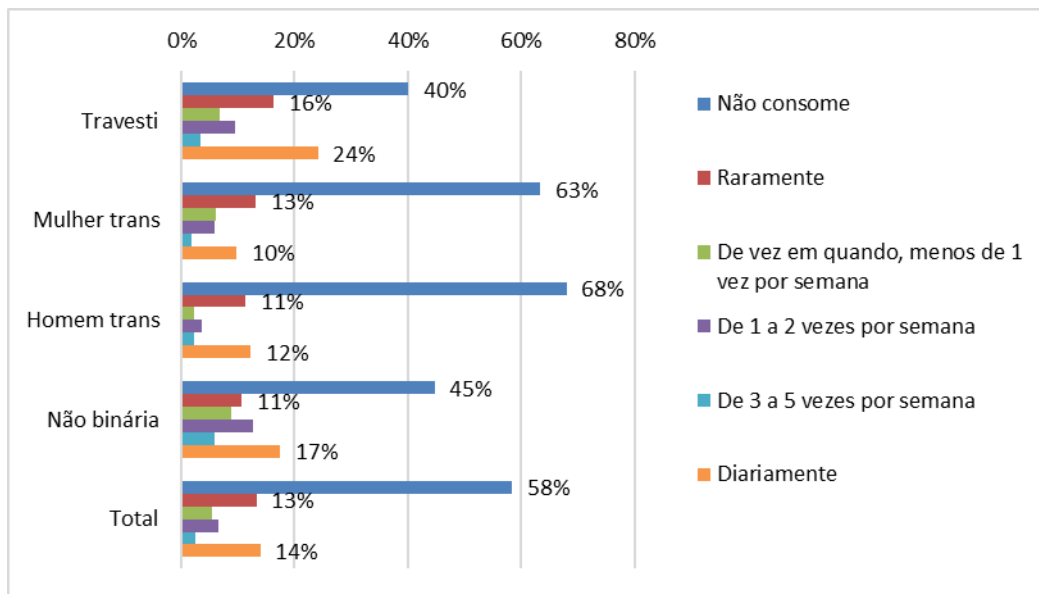
Quanto ao consumo de álcool e outras drogas, isto é, vícios que podem demandar tratamento psiquiátrico ou psicológico, o percentual de pessoas trans entrevistadas que admitiram um consumo diário foi relativamente baixo (7%). Cabe destacar que, enquanto o consumo diário de álcool alcançou 13% entre as travestis, o índice de consumo diário de drogas ilícitas (com exceção do álcool e do cigarro) alcançou 24%. Esse resultado sugere que as travestis estão mais expostas ao vício e vulneráveis às atividades controladas pelo tráfico de drogas. Contudo, esta hipótese está sujeita a confirmação.

Figura 36- Com que frequência consome álcool?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

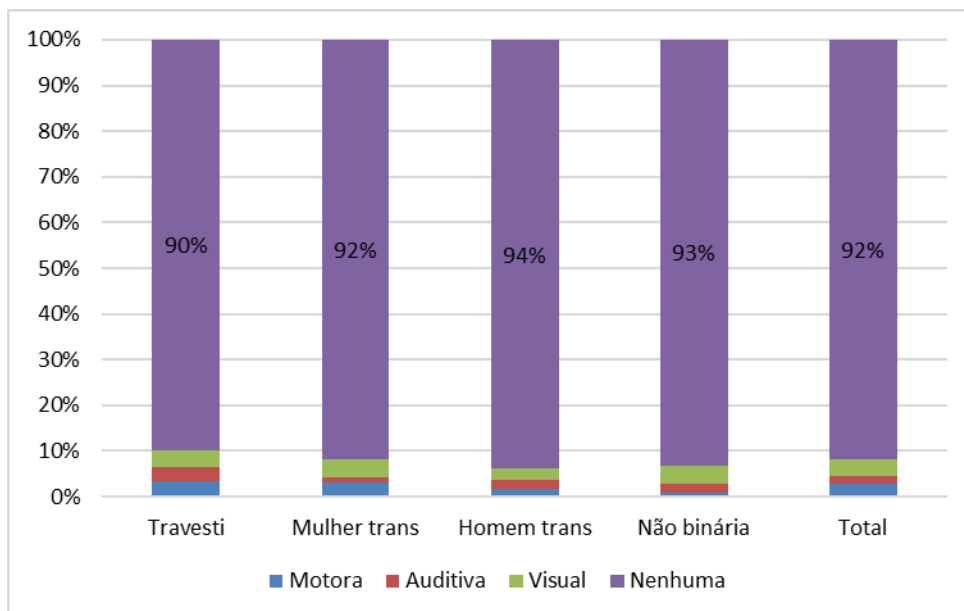
Figura 37- Com que frequência consome alguma outra droga?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Independentemente da identidade de gênero das pessoas entrevistadas, a parcela da população trans que convive com alguma deficiência física é muito baixa, representando menos de 10% das respostas.

Figura 38– Tem alguma deficiência?



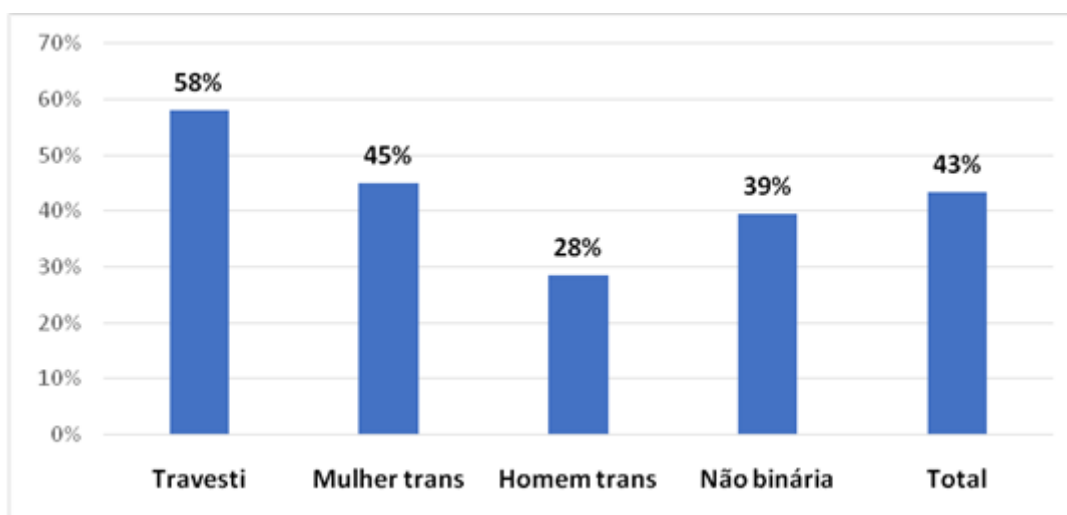
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

## SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

A situação de extrema violência física e verbal a qual a população trans está submetida, conforme informações presentes na literatura especializada e em notícias divulgadas pela mídia, também aparece nos resultados desta pesquisa.

Das pessoas trans entrevistadas, 43% declararam já ter sido vítima de violência física devido à sua identidade de gênero. Dentre as travestis, a frequência é maior e alcança 58%. Em segundo lugar, se incluem as mulheres trans cuja incidência de violência física atinge 45%, reduzindo-se para 39% em relação às pessoas não binárias e a 28% dentre os homens trans.

Figura 39 – Taxa de ocorrência de violência física (%)



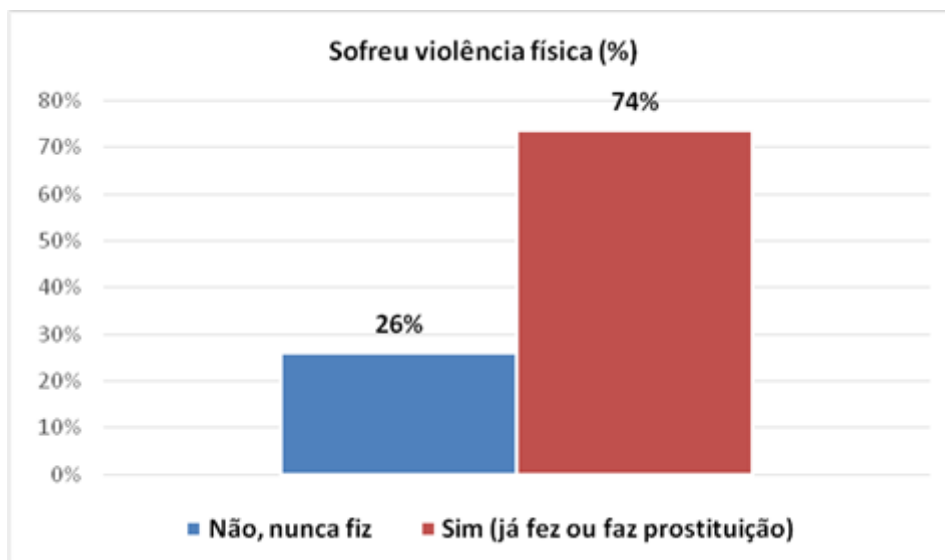
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Conforme destacado na literatura especializada, os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam os indícios de que a realização da atividade de prostituição aumenta a exposição de travestis e mulheres trans ao ambiente noturno e urbano, concorrendo para sua sujeição às situações de violência e vulnerabilidade. Quando cruzamos a ocorrência de violência com o exercício da prostituição, verifica-se que as atividades relacionadas ao mercado do sexo aumentam em quase 50% as chances de a população trans ser vítima de violência física. Embora 26% das travestis e mulheres trans, que nunca realizaram programa, tenham relatado pelo menos uma ocorrência de violência física, essa taxa sobe para 74% em relação às pessoas que trabalham ou já trabalharam com prostituição. No caso de homens trans, há uma dificuldade maior em verificar a relação entre a prostituição e a violência em razão da maior invisibilidade existente em relação à atividade: “Em geral,



eles acabam optando por atendimentos em clubes privês e locais que promovem uma sensação de maior segurança” (ANTRA, 2019, p. 32).

Figura 40- Ocorrência de violência física por realização de prostituição (somente travestis e mulheres trans %)



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Coerente com os achados anteriores, a rua aparece como o local onde mais ocorrem situações de violência física. Dentre a população trans entrevistada, 39% relataram ter sido vítima de violência, nas ruas, por quatro vezes ou mais. Esse fato revela uma situação dramática. Apesar de todo trabalho de conscientização e denúncia feita por entidades em defesa da população trans, sair às ruas com segurança e preservar a integridade física ainda são desafios para esse segmento da população.

Outro ambiente da esfera pública em que deveria predominar a compreensão e o respeito às diferenças refere-se às escolas. O ambiente escolar se revelou como o segundo espaço em que mais ocorre violência física contra a população trans (ou seja, travestis, mulheres trans, homens trans e pessoas não binárias). Das pessoas entrevistadas, 21% enfrentaram situações de violência física na escola por quatro vezes ou mais. Destaca-se também o ambiente doméstico ou familiar em que a violência física alcança o mesmo índice de 21%, na frequência de 4 vezes ou mais.

Tabela 15 – Se sofreu violência física, onde e quantas vezes? (%)

Local	4 vezes ou mais	2 ou 3 vezes	1 vez	Nunca
Rua	39%	21%	15%	25%
Escola	21%	10%	6%	63%
Casa dos pais ou de familiares	21%	8%	5%	66%
Trabalho	9%	9%	6%	76%
Banheiros masculino/feminino	8%	9%	5%	78%
Transportes coletivos	9%	8%	4%	79%
Delegacia de polícia	8%	5%	3%	84%
Equipamentos públicos	5%	5%	4%	85%
Igreja	5%	5%	3%	87%
<i>Shopping centers</i>	3%	5%	5%	87%
Hospitais/Centros de saúde	3%	5%	3%	89%
Restaurantes	4%	4%	2%	91%
Bancos	3%	4%	2%	92%
Serviços de assistência social	2%	4%	2%	93%

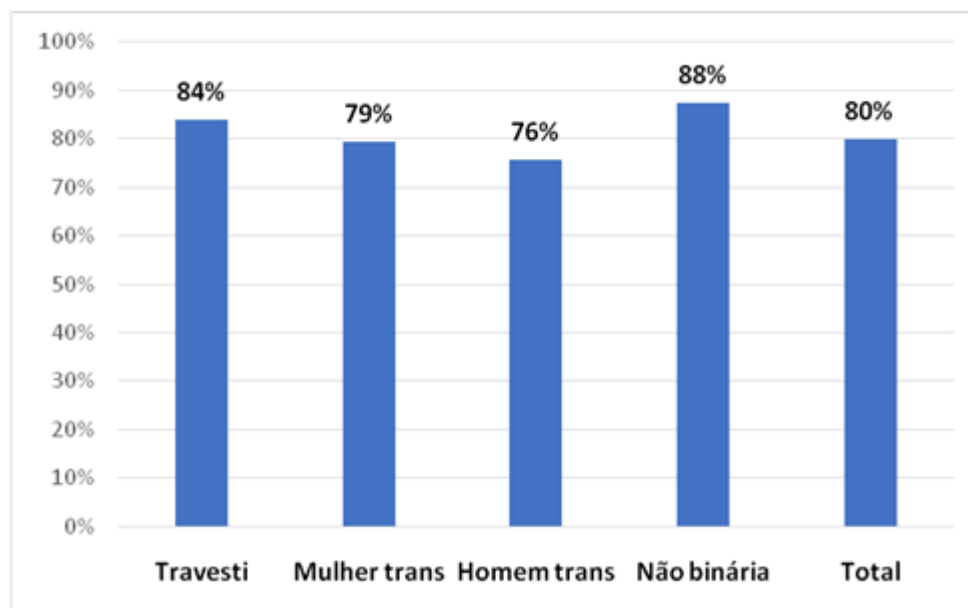
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Outra dimensão da violência - composta por insultos, xingamentos e demais agressões verbais - revela o grau de banalização do preconceito e discriminação existente no Brasil em relação as pessoas trans. Vale lembrar que, em 2019, o Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup> ampliou o entendimento e enquadrou a homofobia e a transfobia como crimes na Lei No. 7.716 de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, determinando pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, motivado pela orientação sexual e identidade de gênero.

Apesar de se observar alguns avanços em relação ao reconhecimento de direitos e à conquista de proteção jurídica/legal, os dados desta pesquisa revelam que cerca de 80% da população trans segue sofrendo violência verbal com frequência. Esse percentual cresce dentre as pessoas não binárias e chega a 88%, seguido de 84% dentre as travestis e 79% entre as mulheres trans. Apesar de decrescer para 76%, dentre os homens trans, o índice de hostilidade continua elevado. Esses percentuais indicam as dificuldades de aplicação efetiva da lei e sua debilidade em coibir comportamentos verbais ofensivos.

<sup>2</sup> Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Congresso Nacional em legislar sobre a proteção penal à população LGBTI+ (ADO 26).

Figura 41 – Taxa de ocorrência de violência verbal (%)



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Semelhante às situações anteriores, a rua também foi indicada como o local em que a violência verbal mais ocorre. Entre as pessoas trans entrevistadas, 42% disseram passar com frequência por esse tipo de violência na rua. A escola aparece em segundo lugar em relação à ocorrência frequente desse tipo de comportamento (26%). Os transportes públicos, em que as ocorrências são menos frequentes, também têm se constituído em um espaço de situações de violência verbal (14% indicaram violência “frequente” e 21% “às vezes”). Também os locais de trabalho e banheiros apresentaram um percentual significativo de menções de ocorrência frequente (16% e 17% respectivamente).

Tabela 16 – Se sofreu violência verbal, onde e com que frequência? (%)

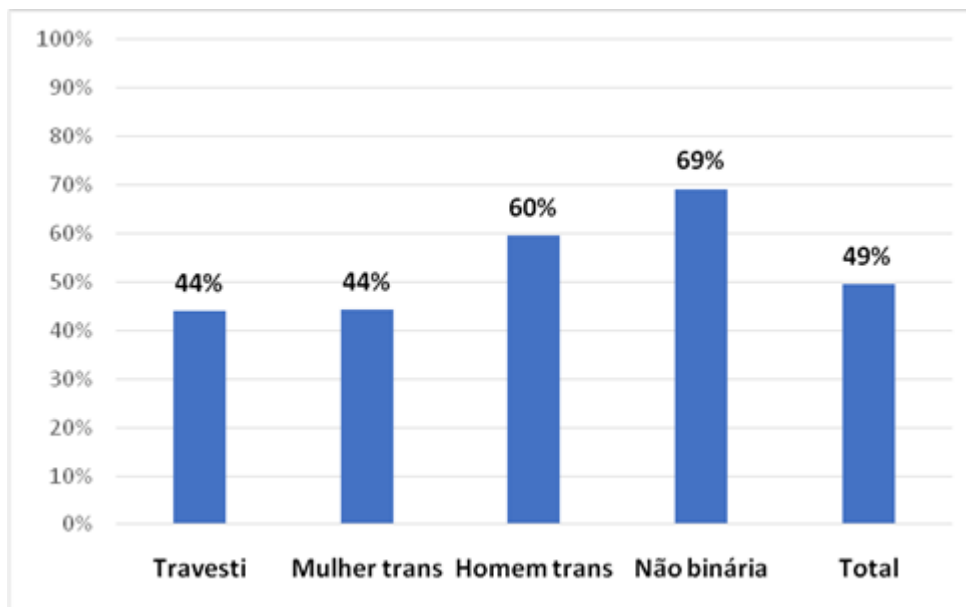
Local	Frequente- mente / sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Rua	42%	28%	14%	16%
Escola	26%	19%	7%	48%
Transportes coletivos	14%	24%	11%	50%
Casa dos pais ou de familiares	22%	18%	9%	51%
Local de trabalho	16%	22%	10%	51%
Banheiros masculino/feminino	17%	19%	9%	55%
<i>Shopping centers</i>	9%	18%	10%	63%
Hospitais/Centros de saúde	8%	17%	8%	68%
Outros equipamentos públicos	9%	15%	6%	70%
Restaurantes	6%	15%	6%	72%
Igreja	11%	13%	4%	73%
Delegacia de polícia	7%	13%	5%	75%
Bancos	5%	13%	5%	76%
Serviços de assistência social	4%	11%	5%	80%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Devido ao constrangimento cotidiano ou temor de censuras ou agressões, uma parcela significativa da população trans entrevistada (49%) indicou ter deixado de frequentar alguns espaços públicos e privados, nos últimos anos. Comparando as frequências dentre os gêneros pesquisados o destaque está para as pessoas não binárias e homens trans que deixaram de frequentar algum espaço (69% e 60% respectivamente). Porém, deve-se relativizar e aprofundar o estudo dessa informação, uma vez que a maior parte das entrevistas foi realizada em período de restrição de locomoção imposta pela pandemia podendo haver relação involuntária por parte do entrevistado.

Apesar da necessidade desse aprofundamento, este achado permite formular hipóteses sobre o caráter relativamente recente de iniciativas da população trans para enfrentamento da violência que sofre por parte da população cisgênera em que uma das iniciativas se refere à existência de áreas de concentração, nichos ou zonas específicas para sua convivência.

Figura 42 - Você evita ou deixou de frequentar algum lugar, por não se sentir aceit@ por conta da sua identidade de gênero?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Quanto aos espaços que deixaram de frequentar, as igrejas aparecem como local de maior constrangimento à presença da população trans. Embora, 48% das pessoas entrevistadas tenham continuado a frequentar normalmente os templos religiosos, outras 40% deixaram de frequentá-los. Esse percentual pode estar relacionado à resposta de não seguir “nenhuma religião” ou à dificuldade das religiões de matrizes judaico-cristãs em lidar com as diferentes identidades de gênero.

Outras esferas que deixaram de frequentar foram: a escola (64%) e a casa de familiares (58%), isto é, locais em que ainda, hoje, a população trans se depara com muitas dificuldades de aceitação e, desde muito cedo, enfrenta situações de ridicularização, desrespeito e violência.

Tabela 17 – Locais que você evita ou deixou de frequentar por não se sentir aceit@?

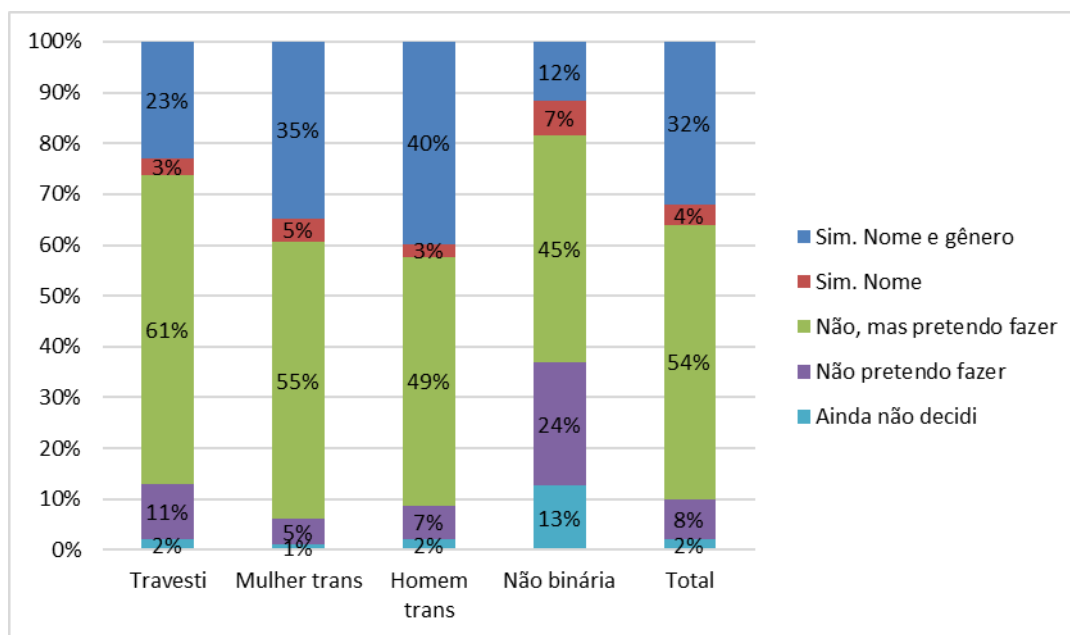
Local	Deixou de frequentar	Frequenta às vezes, mas evita	Frequenta normalmente
Igreja	40%	12%	48%
Casa dos pais ou de familiares	25%	18%	58%
Escola	24%	11%	64%
Banheiros masculino/feminino	17%	29%	54%
Shopping Centers	16%	24%	61%
Restaurantes	11%	18%	71%
Delegacia de polícia	11%	17%	72%
Outros equipamentos públicos	10%	18%	72%
Local de trabalho	9%	11%	80%
Hospitais/Centros de saúde	8%	20%	71%
Rua	7%	21%	72%
Serviços de assistência social	5%	13%	82%
Transportes coletivos	5%	19%	76%
Bancos	4%	16%	80%

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Uma última dimensão da violência explorada na pesquisa realizada se refere às barreiras socioeconômicas e institucionais enfrentadas pela população trans em relação à mudança e utilização de seu nome social em documentos, registros oficiais, cadastros públicos e privados. Apesar da decisão do STF, de agosto de 2018, em autorizar a mudança de nome e gênero no registro civil das pessoas trans (com ou sem procedimento cirúrgico de redesignação de sexo), por decisão judicial ou diretamente no cartório, os resultados da pesquisa revelam que a medida legal está longe de se efetivar na prática. Da população trans pesquisada, apenas 32% tinham alterado o nome e o gênero. Outra pequena parcela (4%) tinha modificado apenas o nome, contabilizando um total de 36% de pessoas que tinham seus documentos alterados.

Dentre os homens trans, o percentual de retificação era um pouco maior alcançando 40% de modificação de nome e gênero. A intenção de não alterar teve peso significativo apenas dentre as pessoas não binárias (24%). Contudo, em todas as identidades de gênero, o grupo mais relevante é o composto pelas pessoas trans que desejam realizar a retificação, mas ainda não conseguiram: travestis (61%); mulheres trans (55%); homens trans (49%) e pessoas não binárias (45%).

Figura 43 – Você fez retificação / mudança de seu nome em seus documentos?



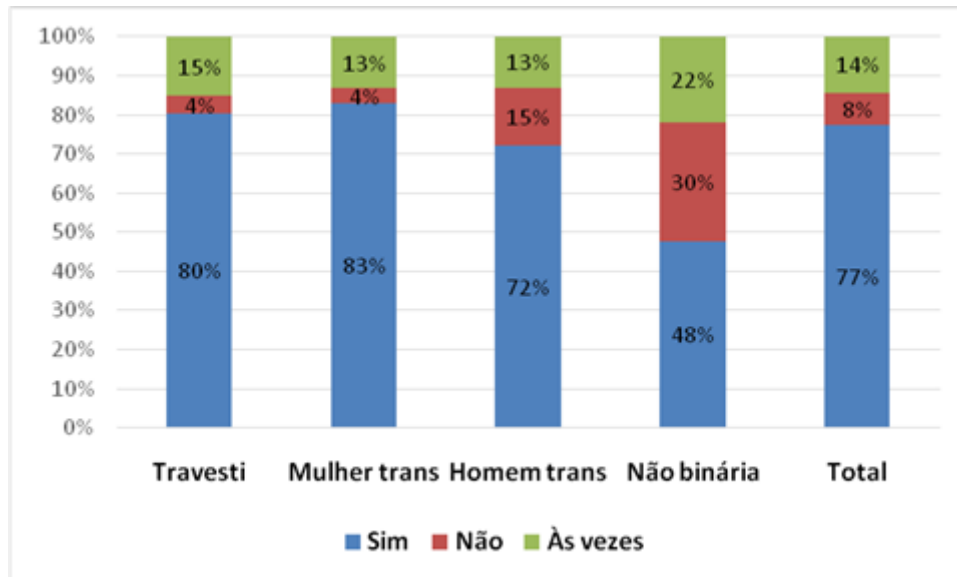
Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Além das barreiras institucionais - como a falta de marcadores de orientação sexual e/ou identidade de gênero nos formulários de atendimento, nos censos populacionais e as dificuldades em se promover o seu correto preenchimento em cadastros de delegacias e hospitais - existem também custos econômicos, taxas e outros procedimentos burocráticos que desmotivam parte da população trans em alcançar o reconhecimento formal do nome social.

Independente dos entraves legais, econômicos e burocráticos, resistências cotidianas emergem. À exceção das pessoas não binárias, o nome social é utilizado pela grande maioria da população trans no preenchimento de cadastros e outras fichas de inscrição. Assim, a taxa de utilização do nome social nos cadastros alcança 83% dentre as mulheres trans, 80% dentre as travestis e 72% dentre os homens trans (curiosamente a taxa é levemente inferior no grupo em que o reconhecimento formal se mostrou mais difundido).

Apesar dos inúmeros desafios, essa insistência e resistência cotidianas verificadas em todos os segmentos identitários da população trans, têm se mostrado importante para promover um maior cuidado social com a linguagem e sensibilizar os agentes públicos quanto à necessidade de aumentar a frequência de mutirões e outras ações de grande magnitude que facilitem e reduzam os custos econômicos da retificação do nome e do gênero nos documentos.

Figura 44 – Quando você preenche algum cadastro, por exemplo, em hospitais, para consultas médicas, para trabalho ou qualquer outro cadastro, você utiliza o seu nome social?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.



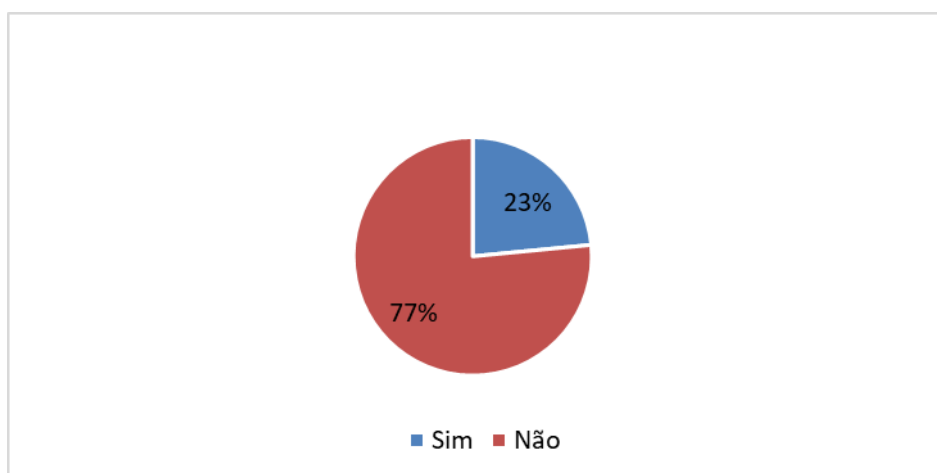
## PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Nos últimos anos, vêm se intensificando um conjunto de iniciativas, visando chamar a atenção da sociedade para a necessidade da implantação de políticas públicas e medidas inclusivas que resultem em ações efetivas de maior apoio, respeito e visibilidade em relação à população trans em oposição aos preconceitos, à discriminação e à violência de todo tipo, enfrentados por pessoas deste segmento social.

Trata-se de iniciativas de natureza diversa empreendidas por diversas organizações e associações que atuam em defesa da população trans, visando agregar esforços que resultem no acesso às políticas de saúde pública, educação e moradia, bem como as oportunidades de trabalho, entre outros direitos básicos.

Em relação ao engajamento e participação política da população trans, destaca-se que 406 pessoas entrevistadas, o que corresponde a 23% delas, afirmaram participar continuamente das atividades promovidas por organizações políticas e sociais.

Figura 45 - Participa de alguma organização política ou social voltada para a população trans?



Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Um total de 100 organizações foi mencionado, durante a pesquisa, por pessoas que participam de atividades políticas e sociais. Destas, as 11 mais citadas concentram 71% dos entrevistados. Dentre elas, destacam-se as organizações parceiras do Transcidadania (23%), o Centro de Referência da Diversidade (19%) e o Centro de Cidadania (14%).

Tabela 18- As 11 organizações políticas e sociais mais mencionadas na pesquisa\*

Organização	N	%
Transcidadania	77	22%
CRD - Centro de Referência da Diversidade	62	18%
Centro de Cidadania	46	14%
Casa Chama	9	3%
Casa Florescer II	9	3%
Coletivo Transformação	7	2%
Instituto Nice	7	2%
Casa 1	6	2%
Comunidade <i>Balloroong</i> Ong	5	1%
SLAM - Marginalia	5	1%
Coletivo Travas da Sul	5	1%
Outras ONG(s) / Movimentos	109	31%
Total	347	100%

\*Critério para a seleção: organizações com mais de 5 citações.

Fonte: Pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo” – CEDEC, 2021.

Nota-se que as principais organizações citadas, em algumas vezes, se confundem com equipamentos e políticas públicas, o que talvez se explique em razão da pergunta formulada ter sido aberta e a pessoa entrevistada ter total liberdade para citar o nome que mais lhe fazia sentido em seu universo de referências. Por outro lado, essa confusão revela que ao participar dos diferentes espaços, grande parte da população trans além de acessar e se beneficiar de um serviço, também tem oportunidades de atuar politicamente ao estabelecer alianças, compartilhar experiências e atividades que concorram para sua formação política e exercício da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação de tipo *survey* sistematiza um conjunto de informações referentes à pesquisa “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, realizada no período de 22 de novembro de 2019 a 07 de novembro de 2021.

Retomando as indagações iniciais, pretendeu-se responder: quão diversificada é a população trans, distinta por marcadores raciais, religiosos e geracionais? Quais suas condições de educação, moradia, trabalho e acesso à saúde? E como está ela sujeita às situações de violência física e verbal em ambientes domésticos e públicos?

Respondendo a primeira questão, observa-se que a população trans é bastante diversificada em relação aos marcadores sociais. A sua maioria é composta de: mulheres (travestis e mulheres trans) (70%); jovens (com até 35 anos) (70%); solteiras/os (75%); de cor preta e parda (57%); de escolaridade média (51%); não se consideram religiosas(os) (40%). Deixaram de morar com a família precocemente (75%) e, atualmente, vive sozinha(o) (31%) ou, menos frequentemente, com companheiros ou amigos (23%).

Uma constatação importante é que o período da adolescência representa um momento crucial para as pessoas trans. Nesta fase da vida, grande maioria adquire a percepção de que o seu sexo biológico não coincide com a sua identidade de gênero. Esse sentimento acarreta no afastamento precoce do ambiente familiar que, em grande parte, ocorre por volta dos 20 anos de idade. Em geral, este afastamento é acompanhado de brigas, rompimentos familiares e, até mesmo, de expulsão de casa. Esta faixa da população trans é exposta a condições adversas, como assinala Bento (2011): “não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídos de todos os campos sociais” (BENTO, 2011, p.549).

Entretanto, os achados desta pesquisa indicam que, já, na idade adulta, a população trans aparentemente consegue desenvolver novos laços sociais, seja por meio de relacionamento com companheiros/as, seja pela busca da companhia de amigos.

Em relação ao trabalho, como foi apresentado, é muito comum associar as mulheres trans e travestis às atividades relacionadas ao mercado do sexo. Essa situação está diretamente relacionada ao preconceito que a população trans enfrenta em diversas esferas da vida social, como na família, na escola, além das barreiras existentes no mercado de trabalho.

No caso de homens trans e pessoas não binárias, os dados indicam que o trabalho sexual é menos frequente. Nos dois grupos, as ocupações se distribuem em um leque maior de atividades. Contudo, as mais significativas se referem às atividades do comércio, como vendedor/atendente de loja (que representa 9% dos homens trans); e vendedor ambulante (que representa 8% das ocupações de pessoas não binárias).

As diferenças verificadas em relação ao tipo de ocupação principal, vínculo de trabalho e posse de formação se refletem em parte na distribuição da população trans pelas faixas de renda. Duas faixas de renda se destacam: de R\$ 523,00 a 1.045,00 (33%) e de R\$ 1.046,00 a 2.090,00 (34%).

Embora aparentemente não existam diferenças significativas entre as mulheres e homens trans e pessoas não binárias, a pesquisa indicou que uma dimensão importante na diferença de renda se relaciona à cor/raça das pessoas trans entrevistadas. Pessoas que se identificaram como pretas estão relativamente concentradas nas faixas de renda baixa de até um SM (30%).

Quanto às condições necessárias para a realização da ocupação ou concretização de um negócio, destacam-se: dinheiro para investir (41%) e realização de cursos (29%). Esse resultado é coerente com o fato de a grande maioria não conseguir se colocar no mercado formal e, por essa razão, desenvolver as atividades informais e autônomas para a sua sobrevivência.

Também está relacionado ao rompimento com o ambiente escolar, sendo que aproximadamente um terço da população entrevistada resente do fato de ter interrompido os estudos precocemente. A complementação da formação profissional pelo acesso a cursos técnicos pode contribuir para que essa população possa contornar os possíveis déficits de escolaridade formal.

Quanto à questão da saúde, os serviços parecem corresponder às necessidades da população trans. No grupo integrado por travestis e mulheres trans, verificou-se que 85% das pessoas entrevistadas procuram regularmente os serviços de saúde. Os principais serviços/equipamentos de saúde pública são utilizados por 65% da população trans e fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo eles, as UBS/AMA e os hospitais públicos. O restante da população entrevistada utiliza serviços particulares de saúde. Dentre os tratamentos citados, destacam-se a terapia hormonal (55%) e o tratamento de DST/HIV (24%).

Entretanto, a população trans nem sempre procura os profissionais da saúde para realizar intervenções corporais. Em relação ao processo de transição, de 83% de pessoas

entrevistadas que afirmaram tomar hormônios regularmente ou que já tomaram em algum momento de sua vida, 54% tomou por conta própria e 15% por indicação e orientação de amigas e amigos. Outra questão bastante complexa diz respeito às intervenções corporais. No caso específico de travestis e mulheres trans que tiveram problemas em suas intervenções, 70% passam por tratamentos em consequência do uso de silicone industrial, aplicado por pessoas leigas.

A questão do acompanhamento psicológico ou psiquiátrico também representa outro fator importante para as pessoas que passaram ou estão passando pelo processo de transição. Da população entrevistada, 30% dos respondentes passam atualmente por algum tipo de atendimento psicológico ou psiquiátrico. Dentre os homens trans e as pessoas não binárias, o percentual é ainda maior e representa 46% e 41%, respectivamente. Entre as doenças a que são acometidos, destacam-se a depressão (47%) e a ansiedade combinada com nervosismo e estresse (25%).

Em relação ao consumo diário de álcool, o percentual é relativamente baixo (13%). Cabe destacar que, enquanto este consumo alcançou 13% entre as travestis, o índice de consumo diário de drogas ilícitas (com exceção do álcool e do cigarro) atingiu 24%. Este resultado reforça os indícios de que as travestis estão mais expostas ao vício e vulneráveis às atividades controladas pelo tráfico de drogas.

Quanto à vivência em relação a situações de violência, como dito anteriormente, a população trans brasileira é uma das mais socialmente vulneráveis em relação a outros segmentos da sociedade. No caso da população entrevistada, 76% indicaram ter protagonizado situações de agressão física, na rua, durante o exercício de atividades do sexo.

De fato, os achados desta pesquisa confirmam o quão precário é o respaldo jurídico em relação à população trans, especialmente, quando ela se vê obrigada a enfrentar situações de natureza diversa, que exigem a aplicação de um dispositivo legal. Ainda que a legislação federal proíba a discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de gênero, o que se evidencia são pessoas trans vivendo a mercê de incertezas, de preconceitos e de valores decorrentes da transfobia institucional e social, bem como da pressão oriunda de grupos religiosos fundamentalistas.

As informações obtidas na pesquisa também indicam que sobre a população trans recaem as dificuldades acometidas por diferentes instâncias governamentais em relação à implantação de medidas e políticas de ação conjunta. Essas dificuldades têm sido combatidas por meio de iniciativas pontuais que, por sua vez, não integram um programa

estruturado, em âmbito nacional, com atribuições, competências e metas específicas e, principalmente, com impactos positivos sobre a vida das pessoas trans. Trata-se de ações decorrentes do compromisso de algumas entidades gestoras, de alguns parlamentares e de grupos organizados da sociedade civil em relação à superação de preconceitos, discriminações e exclusões na esfera dos direitos sexuais, como é o caso da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo – SMDHC e da emenda do Vereador Eduardo Suplicy em relação a esta pesquisa.

Ressalta-se que os achados desta pesquisa indicam que a condição das pessoas transexuais deve ser considerada em sua multidimensionalidade, o que significa assumir os seus múltiplos aspectos: saúde, educação, moradia, trabalho, renda e, sobretudo, sua condição de cidadania em uma perspectiva global e não fragmentada. Apesar de inúmeras resistências e empecilhos, cada um desses aspectos exige a proposição, execução e acompanhamento de intervenções específicas de sua área a partir de uma análise que considere as múltiplas relações inerentes à globalidade da condição trans.

Concluimos, lembrando os dizeres da pesquisadora Berenice Bento (2017), quando se refere aos “infortúnios vividos pelas pessoas trans quando assumem uma identidade que não corresponde ao seu sexo biológico” e nos alerta de que

[...] são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança de nome e sexo, enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma - não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto, quero uma cirurgia corretiva do meu sexo. (BENTO, 2011, p. 549-550).

Frente a essa situação, coloca-se a necessidade do Poder Público estar atento às demandas desta população e instituir políticas que consigam articular um conjunto de ações que concorram para o reconhecimento e fortalecimento da condição cidadã da população trans mediante: (1) o cumprimento e o acompanhamento da execução de dispositivos legais que garantam o reconhecimento e inclusão social das várias identidades de gênero; (2) adoção de medidas efetivas de prevenção às situações de preconceito, discriminação e violência em todas as áreas da gestão pública: educação, saúde, trabalho, cultura, entre outras; (3) ampliação da representatividade das várias identidades de gênero em associações, conselhos e outras entidades vinculadas à administração pública que, tradicionalmente, já contam com a participação de outros segmentos da sociedade; (4) previsão de ações que contemplem as demandas e

necessidades das várias identidades de gênero nos processos de planejamento e de execução da administração pública, inclusive, com dotação orçamentária; (5) continuidade às ações já, em curso, destinadas a maior visibilidade das várias identidades de gênero, como é o caso, entre outras, do “Dia Nacional da Visibilidade Trans”; (6) promoção de palestras; cursos e outras ações educativas sobre temas e questões de natureza diversa e de interesse das várias identidades de gênero; (7) concessão de bolsas ou outra forma de auxílio financeiro que facilitem o acesso e a permanência de pessoas trans em escolas e outras instituições de ensino; (8) promoção de treinamentos e cursos de curta duração para funcionários municipais que lidam diretamente com a população trans sobre saúde e demais conteúdos relacionados ao universo deste segmento social como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados; (9) criação de canais de comunicação, tipo ouvidoria, linha 0800, entre outras ações, para que as várias identidades de gênero possam agilizar ações junto ao poder público; (10) otimização de diferentes espaços públicos ocupados pela população trans por meio do desenvolvimento de ações diversas, mutirões, entre outras, com a participação de representantes das várias identidades de gênero de modo a contribuir para sua maior aceitação, autoestima e processo de inclusão.

Acredita-se que a possibilidade de execução dessas medidas, entre outras, certamente concorrerão para que as diferentes identidades de gênero possam ter seus direitos de cidadãs(aões) assegurados em um contexto mais justo, mais acolhedor e mais humano, na cidade de São Paulo.

**REFERÊNCIAS**

ARAN, M.; MURTA, D.; LIONCO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, Aug. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000400020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400020&lng=en&nrm=iso)> .

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Orgs). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019* / – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>>

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 336, mai./ago. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>>.

BENTO, B. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf)>.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n.º. 7.716*, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)>.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3. Brasília: SEDH, 2009. Disponível em: < <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>>.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil Sem Homofobia. *Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>.

DEUSTCH, M. Making it count: improving estimates of the size of transgender and gender nonconforming populations. *LGBT Health*, v.3, n.3, 2016. Disponível em: <<https://www.liebertpub.com/doi/abs/10.1089/lgbt.2016.0013>>.

IBGE. Agência de Notícias. *PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo*. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>>.



JESUS, J.G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília Abril, 2012. Disponível em:

<[https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta\\_es\\_popula\\_o\\_trans](https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans)>.

PORTO, I. *Qual é a cor do invisível?* A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020. 215 p. Disponível em:

<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/2020\\_Boletim/Bol22\\_05.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2020_Boletim/Bol22_05.pdf)>

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em:

<[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta)>.

REIS, N.; PINHO, R. Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões e Educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016.

Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>

## AGRADECIMENTOS

**A todas as pessoas transexuais que participaram desta pesquisa.**

**Às pesquisadoras e pesquisadores que realizaram as entrevistas de campo.**

ALESSANDRA MARQUES ÁVILA

ARMANDO SILVEIRA BISPO DO NASCIMENTO

CALEB NATHANIEL DA SILVA

CLAUDIO RAPHAEL GALÍCIA NETO

COLLE CHISTINE

CRISTIANE ANACLETO DOURADO

CRISTIANE OLIVEIRA CAPETINNY

IANCA DOS SANTOS MOREIRA

IZABEL CRISTINA S. G. TEIXEIRA

JESSICA ANICETO

LILIANA MANTONI

LUCAS DE ALMEIDA ALVES

LUCIANA VITORINO DE MELO

MARCELA BARONE

MARCELLY ZANDOMÊNICO

MARIA CINÉLIA TEIXEIRA DURVAL

MARIA LUCIA APARECIDA PEREIRA

NATHALYA SIMON NAKATA

PALOMA SANTOS SOUZA CASTRO

PATRICIA DE MEDEIROS

SAN DIAS OLIVEIRA

THABHATHA MARQUES FREIRE

VALÉRIA DIVA DE JESUS